PORTE PAGO

ELO JORNAL ANO XX

Revisão Estatutária um processo em marcha

ADFA

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: Patuleia Mendes

MENSÁRIO N.º 235

SETEMBRO 1994 PREÇO: 110$00

Revisão Estatutária sobe à Assembleia Geral a 5 de Novembro de 1994

Apela-se à participação activa dos sócios

A.G.N. aprecia fusão de todos os projectos

Pág. 12

20 de Setembro de 1975 marco histórico na reivindacação legislativa de nossa Associação

Pág. centrais

SNR

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO

– Grupo de Diálogo – ONG aprovam propostas sobre medicamentos e ajudas médicas

Assistência médica preocupação permanente

Projecto 2+4 em Marcha... sobre rodas!!!

Pág. 2

– Próteses ADFA toca a rebate

Pág. 3

PROJECTO EM MARCHA ...
Sobre rodas!!!

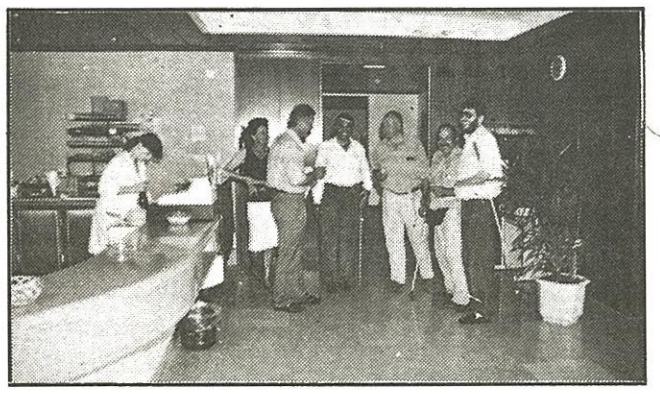
A união das nossas vontades bem assim como a conjugação dos nossos interesses em matéria de reabilitação tem vindo a permitir, passo a passo e com apoio entusiasta da Direcção Nacional, a concretização do projecto cujas linhas gerais foram por todos os paraplégicos aprovadas na nossa 1ª e inesquecível reunião-geral de 04 JUN94.

Contido no nosso **PROJECTO 2+4** está um capítulo dedicado à urgente necessidade de se criar na ADFA um conjunto de consultas médicas de especialidade que permitam compreender e apoiar o paraplégico em toda a extensão da sua deficiência, pela inte- gração multidisciplinar dos pareceres e diagnósticos; pretende-se assim, também, abrir caminho para o que poderá vir a ser, num futuro que se deseja, o **CENTRO MÉDICO DA ADFA**.

Nesta conformidade, pretende-se que sejam criadas condições para que os paraplégicos venham, brevemente, a usufruir da prestação de **serviços médicos nas especialidades de urologia (estas consultas iniciaram-se no passado dia 03 OUT94,pelas 18H00), fisiatria, gastro e cirurgia cardiovascular, pois é a estas especialidades que mais recorremos e o facto delas virem a ser prestadas na ADFA**, permite-nos usufruir desses serviços médicos em condições mais humanizadas e clinicamente mais eficazes, na medida em que os médicos diagnosticam e tratam interactivando com os seus colegas e, também, com o próprio meio associativo.

No sentido de poderem legitimar e concretizar mais ideias e programas no âmbito deste nosso PROJECTO 2+4 é fundamental, indispensável até, que nos reunamos em plenário de deficiência, pelo menos **duas vezes/ /ano**. É assim que, desde já, informamos todos os nossos camaradas para a necessidade de levarmos a efeito mais uma reunião-geral antes do ano terminar, provavelmente em princípios de Dezembro, em data a divulgar oportuna e atempadamente.

Saudações associativas do **Grupo Coordenador do Projecto 2+4.**



Técnico de Próteses de Hamburgo em Lisboa

O actual proprietário da Oficina de Próteses do Hospital Militar de Hamburgo, nome??, visitou informalmente a Sede da ADFA, no dia 25 de Julho, onde foi recebido pela Direcção Central.

O senhor Petters Klaus, é muito conhecido e estimado por todos os sócios que passaram por aquela unidade hospitalar, pela solidariedade e amizade com que sempre tratou os DFA portugueses e também pela qualidade do seu trabalho.

Novo Director do Lar visitou a Sede

O novo Director do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, coronel, Ferreira Neves, visitou informalmente a Sede da ADFA, no passado dia 27 de Julho, para tomar conhecimento dos nossos projectos nomeadamente no que concerne ao futuro daquele estabelecimento, que a ADFA considera não estar a funcionar de forma adequada às actuais solicitações dos Deficientes das Forças Armadas.

Responsáveis da CGA visitaram a SEDE

Os Drs. Serafim Amorim e Moreira Campos da Caixa Geral de Aposentações, visitaram a Sede da ADFA, no dia 21 de Setembro, a fim de melhor conhecerem a realidade da nossa associação, tendo-lhes sido feita a apresentação dos objectivos e actividades da ADFA por elementos da Direcção Central e responsáveis dos diversos serviços.

Foi feita uma troca de informações da maior utilidade, tendo sido sensibilizados, se mais fosse possível, aqueles responsáveis da entidade pagadora das nossas pensões, para o seu acompanhamento dos problemas dos Deficientes

Homenagem de saudade ao Mesquita

Faleceu, no dia 9 de Setembro de 1994, o nosso associado, Joaquim Mesquita Fernandes, sócio nº 1111, vítima de uma grave enfermidade, que tornou tão dolorosos os seus últimos dias quanto penosos para quem de perto o acompanhou.

O Mesquita sócio curiosamente discreto mas sempre presente e interventor trabalhou, todos se recordam, na nossa secção de electrónica. Sempre afável, sempre cordial, mas determinado e independente, apesar da sua Paraplegia.

Mais um grande deficiente, uma pedra base do nosso capital associativo, nos deixou.

Embora se tenham incorporado no seu funeral, para o Conselho de são João da Pesqueira, elementos da Direcção Central, da Delegação de Viseu e trabalhadores da Sede, o Elo não pode deixar de transmitir a seu mais profundo pesar e solidariedade, aos seus familiares e, em especial, à sua viúva Maria Henriqueta.

Colóquio

Cidade Aberta Construir sem Barreiras

A Câmara Municipal de Lisboa Realizou no passado dia 28 de Setembro, no auditório do Padrão dos Descobrimentos, um Colóquio subordinado ao tema "Cidade-Aberta-Construir sem Barreiras".

Entre os intervenientes deste colóquio contava-se com uma exposição do presidente da Direcção da ADFA, que a não pode apresentar por ter sido obrigado a sair mais cedo por exigências de agenda.

Dada a importância deste colóquio publicaremos notícia mais detalhada no próximo número do "ELO".

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Av. Padre Cruz — Edifício ADFA — 1600 LISBOA — TELEFS.: 7570422/0502/0583/0645/0702/0781 — FAX 7571319

TRANSPORTES: Autocarros, 3 e 47, em frente ao Lar Militar, a 150 metros da ADFA. Aconselhamos a que se tome o metropolitano até à estação do Campo Grande e que aí se apanhe os referidos autocarros.

• ASSISTÊNCIA MÉDICA, PSICOSSOCIAL E JURÍDICA •

CLÍNICA GERAL
Médico: Dr. Fernando Brito
2.ª Feira 13:00h
4.ª Feira 17:00h

PSIQUIATRIA
Médico: Dr. Proença
5.ª Feira 09:30h

PSICOLOGIA CLÍNICA
Dr.ª Fátima Cruz
2.ª Feira 14:00h às 18:00h
4.ª Feira 14:00h às 18:00h

SERVIÇO SOCIAL
Dr.ª Fátima Almeida
2.ª, 4.ª e 6.ª Feiras
09:00 às 12:00h/14:00 às 18:00 h

Marcações: D. Josefa

GAB. JURÍDICO
Dr. António Carreiro
3.ª e 5.ª Feiras
14:00 às 18:00h
- **c/marcação prévia, (não se dão consultas aos telefone)**

Marcações: Helena Afonso

Solicita-se a todos os associados, que sejam feitas as marcações das consultas com antecedência pelos telefones 7570502/0583/0422/0645/0702/0781

ELO

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Propriedade, Administração e Redacção:
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 757 05 02 — Fax 757 13 19
Dep. Legal — ESGMJ — 105068
Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA
Elo Sonoro: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale de Tejo

DIRECTOR: Patuleia Mendes
REDACÇÃO: Armindo Roque
António Carreiro, José Maia, Abel Fortuna, António Neves, João Gonçalves
MAQUETAGEM: Carlos Jacinto
FOTÓGRAFO: Farinho Lopes

Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100$00
Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:
Europa: 1800$00
Fora da Europa: 2100$00
Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300$00

Tiragem deste número: 7 500 exemplares

Reunião de Sócios em Lisboa
Próteses Toque a Rebate

Texto de Armindo Roque

As reuniões de sócios da área de Lisboa com a Direcção Central estão a tornar-se algo de habitual. Não são infelizmente ainda de carácter permanente por exemplo todas as primeiras quarta-feiras do mês ou qualquer outro método que permitisse uma habituação. Os sócios pronunciaram-se também no sentido de que as reuniões devem ser mais bem publicitadas, nomeadamente nos anúncios feitos na Sede, que se encontram e pouco visíveis e são tão pequenos que mais parecem o Menu de uma refeição. O Gabinete de Informação e Relações Públicas (G.I.R.P.). argumenta que tem de ser assim mesmo, por questões de ordem estética. Esta atitude foi considerada como falta de sensibilidade para a vida associativa.

Ainda a este respeito foi dito que é necessário criar incentivos de ordem lúdica e cultural que actualmente não existem. Os sócios sentem-se estranhos em sua própria casa.

O PROBLEMA DAS PRÓTESES AGRAVA-SE

A reunião, realizada na Sede, às 18:00H, do dia 20 de Setembro, começou com informações sobre a audiência com o Ministro da Defesa onde foram analisadas novamente o andamento da implementação das conclusões aprovadas na Conferência da FMAC. O ministro informou que estão a ser efectuados "estudos muitos concretos" para implementação da legislação.

O problema do Lar Militar foi considerado pela Direcção de muito grave.

O debate nesta reunião centrou-se no entanto na problemática da Assistência Médica nos Hospitais Militares. A D.C. apresentou as suas preocupações ao Ministro da Defesa sobre a eventualidade de perca de regalias adquiridas nesta matéria e este reafirmou que isso não acontecerá e que se está a realizar uma análise global, baseada numa auditoria feita nos hospitais dos três ramos das Forças Armadas.

Alguns sócios afirmaram que as próprias casas ortopédicas se encontram numa situação financeira muito grave, pois os pagamentos são feitas com atraso que chegam aos dois anos, o que aliado à diminuição da procura, que tem a sua origem no facto de os deficientes civis estarem com cada vez maiores dificuldades em obterem próteses e ortóteses, torna a situação de tal maneira grave que já existem empresas fornecedoras de material que só o fazem por encomenda e a pronto de pagamento. Uma empresa alemã fornecedora de material para próteses só envia material para Portugal nesta condições, o que ocasiona que se esteja oito meses à espera de uma prótese. Por tudo isto esta indústria está em decadência.

O problema não é só nas casas de próteses, é necessário que haja uma estrutura de apoio na recuperação.

É NECESSÁRIO QUE OS SÓCIOS DE REUNAM

Alguns sócios afirmaram que na ADFA estes assuntos não são discutidos e que se "fala mais lá fora do que cá dentro". Queixaram-se também de que as casas de próteses as vendem como quem vende alfaces e que por isso a ADFA deveria avançar o mais rapidamente possível com a criação de uma oficina de próteses no Lar Militar.

Nesta altura houve vários sócios que se pronunciaram sobre o CRPG, no sentido que este não tem, como deveria ter, como preocupação principal, os associados da ADFA numa perspectiva de âmbito nacional. Um dos associados afirmou mesmo que este centro está tecnologicamente atrasado no que concerne à implementação de CAD-CAM, que permitiria apoiar os sócios e até os não sócios, de Bragança aos Açores sem que os mesmos se tivessem de deslocar das suas áreas.

A Direcção informou que o Director do HMP garantiu que as ajudas técnicas não serão jamais postas em causa.

Um dos associados reagiu, indignado, e disse que o nosso associado Mesquita já não daria mais despesas ao HMP, uma vez que já tinha morrido, e este problema para o HMP já está resolvido. O Mesquita, várias vezes, pouco tempo antes de morrer, veio há Sede da ADFA, onde se queixava da forma como era atendido no HMP: quando ia fazer análises tinham de o levar às costas até ao 1º andar, para além de nunca encontrar estacionamento para o automóvel, porque o lugares reservados para o efeito, serem abusivamente ocupados pelos oficias daquele estabelecimento militar.

Como corolário desta acesa discussão, concluiu-se que deve existir uma política de reabilitação funcional. Este problema passou durante anos despercebido no HMP enquanto lá esteve o Dr. Oliveira, porque ele próprio era uma "instituição" e porque nós éramos mais novos e os nossos problemas não eram tão graves.

Actualmente o Dr. Cardeal não tem sensibilidade, nem vocação para estas funções, queixaram-se alguns associados. É por isso necessário que exista uma equipa multidisciplinar, que inclusive tenha um psicólogo. Esta equipa deve acompanhar todo o processo do utente: antes de se pagar à casa de próteses deve-se analisar a qualidade das próteses em todas as suas vertentes e tudo isto deve ser feito com a máxima transparência, com a participação total dos deficientes.

No final a Direcção afirmou que esta reunião foi um autêntico "tocar a rebate" e que era saudável que os sócios "buzinassem" para a Direcção, para que esta pudesse aperceber-se melhor do mundo real.

Foi decidido convocar uma reunião, com todos os sócios utilizadores de próteses da área da Sede, para que este assunto seja amplamente debatido. Para o efeito irá ser enviada uma carta a todos os sócios nestas condições.

RESTAURANTE

Passou-se a outro ponto da Ordem de Trabalhos onde a Direcção informou que o processo de adjudicação do Restaurante, Self-Service e Bar se encontrava já em fase de análise e que estava a ser discutido o caderno de encargos com os candidatos.

Vários associados pronunciaram-se sobre esta questão argumentando que este espaço foi construído para dar rendimento, mas que esse dinheiro não é compensatório. A entrada no nosso espaço privado de elementos estranhos é prejudicial, o objectivo não deve ser o lucro, mas sim investir para criar um espaço atractivo e estar aberto aos fins de semana e à noite. As dificuldades são muito grandes pois os trabalhadores já se habituaram aos horários das 9:00H às 18:00H, o que constitui uma barreira à implementação da vida associativa, nas horas e dias em que os associados aqui se podem deslocar.

Foram feitas também críticas ao funcionamento do Bar, onde foi montado um Snooker. O ruído da televisão, que está geralmente com o som muito alto, cria um ambiente de "tasca", quando este deveria ser um acolhedor, calmo de forma a propiciar uma confraternização saudável.

A Direcção informou que o "Snooker" será retirado da Bar.

PROCESSOS NO ADVOGADO

Foram dadas informações sobre o processo do trabalhador Antunes. O advogado irá efectuar uma reunião entre este e as pessoas envolvidas. Brevemente serão apresentadas as conclusões.

Sobre o roubo de uma máquina de vídeo, o caso encontra-se nas mãos do advogado e da Polícia Judiciária.

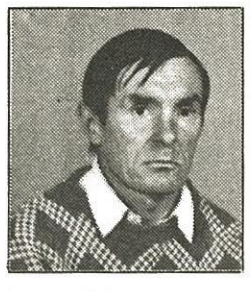
Devido ao adiantado da hora, já passava das 21:00H, não foi possível discutir o ponto agendado para a discussão da Revisão Estatutária.

— Sócios Falecidos —

Joaquim Mesquita Fernandes, sócio nº 1111 de 51 anos, faleceu no dia 9/9/94.

Adquiriu a deficiência em Angola, num acidente de viação resultou paraplegia dos membros inferiores, com 100% de incapacidade.

Residia em Lisboa, deixa viúva a Sra. Mª Henriqueta S.L.M. Fernandes.



Manuel Alves Marques Silva, sócio nº 5514 de 45 anos, faleceu no dia 6/5/94.

Adquiriu a deficiência na Guiné com uma arma de fogo com 46,6% de incapacidade.

Residia na Madeira com a mãe.

José Ferreira da Cruz, sócio nº 2537 de 81 anos, faleceu no dia 25/6/94.

Era pensionista de preço de Sangue, por morte do seu filho em combate em Angola em 1970, deixa viúva a Sra. Maria da Conceição de Oliveira Tavares.

Manuel Gonçalves Capela, sócio nº 1540, de 44 anos faleceu no dia 10/8/94.

Adquiriu a Deficiência na Guiné, com 38,8% de incapacidade.

Residia em Lisboa, era solteiro.

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas condolências

EDITORIAL

Após o interregno provocado, como usualmente, pelo período de férias e, tal como nós próprios individualmente, a nossa Associação reiniciou suas actividades, retomando e implementando iniciativas para o ciclo laboral que agora começa.

De entre os assuntos emergentes ressalta a Revisão Estatutária que, como é sabido, resulta de deliberação do 3º Congresso Nacional e que se encontra numa fase em que as ideias e propostas conhecidas, reveladoras de outras quantas sensibilidades associativas, permitiam apontar para soluções de compromisso que obviassem à finalização do processo. Assim, os Orgãos Sociais Centrais, ouvidos os intervenientes mais activos do mesmo, aconselharam a Mesa da Assembleia Geral Nacional a promover a convocação de uma AGN Extraordinária, para deliberar em definitivo, que caminhos a alteração estatutária deve trilhar a partir de agora.

Nas organizações, tal como nas sociedades democráticas, as diversas forças e sensibilidades devem de ser aproveitadas em correlação e nas várias direcções em que apontam, tal como se, da margem de um rio, pretendermos puxar um barco com duas cordas, ele encalha na margem de onde é puxado, no entanto, se cada uma das cordas puxar de um dos lados, o barco segue a direito no meio do rio, no leito mais profundo, sem perigo de paragem no seu percurso.

A diversidade exige debate, as divergências cedências, os antagonismos compreensão, para que se produza trabalho, o que se tornará possível com o pano de fundo da solidariedade e companheirismo que tantos anos de vida comum nos proporcionaram; que o contributo de cada um esteja reflectido no conjunto conseguido, porque, entre nós, não se podem verificar situações como aquela para que nos alertou D. Helder Câmara, em feliz imagem: que não nos sirvamos dos outros como andaimes para a nossa própria construção, para que quando a terminemos, os afastemos dela, e os deitemos posteriormente para o lixo para que pareça fruto do nosso esforço somente.

Que o período de reflexão associativa, até à Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 5 de Novembro, seja proveitoso e motivante, para que as decisões a tomar pelo orgão de participação directa, por excelência, dos associados, venha a reflectir o que de mais positivo e proveitoso se mostre para a segurança dos direitos e futuro de todos os deficientes militares, alicerçada numa Associação dos Deficientes das Forças Armadas eficaz e adequada às nossas realidades e ao nosso tempo.

A Direcção Central

Convocatória

Reunião de sócios na Sede.

Convocam-se os associados a estar presentes, pelas 18:30H, do dia 3 de Novembro, quinta-feira, na Sede da ADFA, para uma reunião que, com agenda aberta e possibilidade de abordagem de outros temas, assentará na seguinte ordem de trabalhos.

1- Informações de caracter geral
2- Revisão estatutária

Lisboa, 30 de Setembro de 1994

A Direcção Central

Simpósio Europeu de Psiquiatria

Stress de Guerra foi Tema muito Debatido

O Simpósio Europeu de Psiquiatria, que decorreu nos dias 11 a 13 de Julho de 1994, no Hotel-Estoril-Sol, ao longo de três dias, organizado pela Associação Portuguesa de psiquiatria, onde foram abordados os seguintes temas:

-Toxicodependência
-Psico-Oncologia
-A criança Maltratada
-Ansiedade e Depressão
-Esquizofrenia
-Psiquiatria Militar
-Alcoolismo

Neste sentido, a primeira abordagem foi a nível de "Toxicodependência" em que esta foi considerada um "Deserto" é necessário toda uma educação de base, acompanhada pela família, de forma ao indivíduo não entrar nas teias da lei da droga.

Contudo, a total reabilitação do toxicodependente tem de passar pela desintoxicação; Terapia Familiar; Psicoterapia de Grupo de forma a mudar radicalmente os hábitos de vida do mesmo descobrindo a satisfação da vida, sem a droga.

Nesta perspectiva, deixar a droga implica uma participação activa da familiar na terapia orientada pelo médico durante um período suficientemente longo.

O tratamento médico/Psicológico é apenas o 1º passo na recuperação, que só se completa na plena inserção social produtiva, através de uma melhor qualidade de vida pessoal, familiar e comunitária.

Contudo, é necessário um desenvolvimento da via afectiva para se obter uma relação terapêutica forte desde o inicio do processo como modelo de relação Inter-Pessoal, assim como o desenvolvimento de via cognitiva, visando a descoberta de capacidade de pensar, prever e escolher o futuro.

O PAPEL DA FAMÍLIA

A família do toxidependente tem um papel importante no controle rigoroso das saídas de casa e do dinheiro na fase da reabilitação do doente. O encontro com toda a família (pais) com os Técnicos, seguindo as suas orientações é fundamental no decorrer do processo.

A prescrição médica específica, análises à urina sem aviso prévio são estratégicas de intervenção para o acompanhamento sistemático de cada caso.

Pode-se considerar que integrar o toxidependente com a família na terapia é extremamente benéfico para o mesmo.

Posteriormente, falou-se sobre a temática do "Psico-Oncologia", em que os factores psicossociais têm influência no desenvolvimento do cancro. Considerando-se que existe factores de personalidade pendentes ao risco de doença como por exemplo indivíduos que apresentem:

-Espírito lutador
-Humor depressivo
-Stress
-Consumidores de tabaco
-Consumidores de álcool

São indivíduos que têm mais probabilidades de desenvolver a doença.

Quando a doença é diagnosticada, e para uma sobrevivência mais longa, são aconselhados a quimioterapia associada de psicoterapia, um bom Apoio Social familiar, de amigos, e Técnicos é essencial para a melhoria da ansiedade na fase de tratamento. É necessário toda uma adaptação mental á doença, fazendo-se avaliação da qualidade de vida nos vários estados de doença.

A maior parte dos doentes não aceitam a doença, quando este é diagnosticada, gerando por vezes agressividade e por sua vez ansiedade, esta última passa normalmente para a depressão.

Por vezes os médicos colocam a questão; dizer ou não a verdade ao doente?

No entanto, a maior parte dos médicos informam o doente de todo o processo que este vai percorrer os vários estados de doença (informar o diagnóstico) é importante.

É melhor para o doente estar na posse da informação, havendo uma melhor relação/doente/médico, ajuda a planear o futuro.

Todavia, nem todos os médicos utilizam este método.

INTERVENÇÃO PRECOCE

Pode-se concluir que é necessário uma intervenção precoce, para identificar factores de risco, evitando um estado mais avançado da doença.

Um tema também abordado e que tanto preocupa á sociedade, ou seja "A Criança Maltratada ". Casos conhecidos que não são relatados...denunciadas....

Porquê os maus-tratos às crianças são tão comuns?

-São crianças - mais vulneráveis, que podem ser abusadas.

Quem são os indivíduos que tais arte praticam?

Apresentam um quadro patológico:

-Imaturidade emocional
-As crianças são para estes indivíduos, objecto preferido de uso sexual, visto serem mais vulneráveis/frágeis
-Sofrem de impotência
-Agressivass
-Sofrem de maus-tratos latentes (em crianças também sofrem de maus-tratos)
-Falta de contacto com a realidade
-Vivem em zonas degradadas
-Sofrem de diversas patologias sociais

A participação de qualquer suspeita grave de maus tratos a crianças, deve ser efectuada ao Tribunal de menores. Por vezes, dependendo dos casos a separação dos pais em relação á criança é obrigatória (cessando estes dos direitos de pais).

Existem as comissões de protecção de base comunitária que despertam para os problemas das crianças, têm uma tutela logística do Ministério da Justiça.

As idades que predominam os maus tratos vai dos zero aos 18 anos de idade.

Estes casos não devem ser abandonados, mas sim entregues no Tribunal de Menores. A Psicanálise a estas crianças deve ser efectuada posteriormente de forma a que na idade adulta, estas mesmas crianças não sofram das mesmas patologias de seus pais, visto serem potenciais candidatos a exercerem maus -tratos também nos seus filhos, uma vez que têm uma visão destorcida da realidade, assim com assimilação destorcida de funções.

ANSIEDADE-DEPRESSÃO

Ao longo deste Simpósio abordou-se ainda toda o quadro da "Ansiedade-depressão " e a "Esquizofrenia ".

Desta forma, considerame-se que a ansiedade e a depressão atinge mais as mulheres, entre os 65-75 anos de idade, viúvas, com instrução primária, pertencentes á classe média, toda a Sintomatologia de ansiedade (luta pelas inquietações de acontecimentos) e a depressão (incapacidade de vencer os problemas, angústia) se não for tratada a tempo e pedir ajuda ao médico e pode originar a tentativa de suicídio.

A morte de um familiar, a perda de emprego, a mudança para outra localidade, podem acarretar preocupações. Estas são depressões provocadas por outras externas.

Contudo, um dos primeiros sinais de depressão é um sono irregular, embora nem todos os que sofrem esta perturbação do sono estejam à beira de uma depressão grave. A irritabilidade fácil, perda de apetite e impulso sexual, fadiga constante sem razão aparente, falta de perspectiva em relação ao futuro-qualquer destes sintomas pode assinalar o inicio de uma depressão grave

No entanto, mesmo à beira de uma depressão profunda um indivíduo pode continuar a comportar-se normalmente, hipersensivel.

No que diz respeito ao tratamento os especialistas consideram além da medicação adequada, deve ser acompanhado por uma psicoterapia, seja individual ou de grupo. Normalmente as pessoas com depressões mais ligeiras respondem bem à psicoterapia.

ESQUIZOFRENIA

Relativamente à "Esquizofrenia" - os esquizofrénicos podem sofrer de alucinações auditivas - ouvem vozes que lhes ordenam acções que se traduzem frequentemente em comportamentos bizarros - ou delírios.

Outros ainda têm dificuldade em executar as mãos simples tarefas. Perdem a motivação e a capacidade de atenção de raciocínio e ficam incapazes para o desempenho profissional.

A esquizofrenia destrói não só a vida dos doentes, como a das familiares mais chegadas.

Homens e mulheres são igualmente afectados, e em geral na adolescência ou princípio de idade adulta, os primeiros sintomas surgem geralmente entre os 17 e os 25 anos. Contudo, as causas de esquizofrenia podem ser várias

Dos estudos que se têm efectuado, surge como doença ligada aos desequilíbrios bioquímicos do cérebro.

Por outro lado, outras causa possíveis incluem os factores hereditários, situações graves stresse graves, lesões cerebrais na infância, anomalias do sistema imunológico.

A etiologia de esquizofrenia é multifactorial, pelo que em cada doente é importante investigar o conjunto de factores implicados, a fim de se poder organizar o plano terapêutico, devendo a família de aceitar o doente com as suas dificuldades para progresso na sua reinserção social que só é possível com medicação.

STRESS DE GUERRA

Um tema também de todo o interesse para a ADFA, foi a comunicação sobre "Psiquiatria Militar", que foi efectuado pelo Dr Afonso de Albuquerque.

Especialista em consultas de Stress de Guerra denomina "...Stress de Guerra a Ferida Encoberta...." tudo o que se vê durante a guerra são homens cansados e esgotados.

Poucas dúvidas existem de que as emoções exteriores, e únicas vividas simultaneamente durante os combates - o medo de morrer a qualquer momento a sensação de insegurança e abandono, ver os companheiros mortos ou feridos sem nada poder fazer, o sentimento de pânico, de revolta, o ruído ensurdecedor, torturas, massacres - podem provocar distúrbios graves, sobretudo em pessoas já previamente predispostas.

Esses distúrbios podem manifestar-se imediatamente, logo na situação de combate, ou após um intervalo de dias ou mesmo de anos.

Este estado é conhecido como neurose de guerra ou distúrbio pós-traumático de stress de guerra e é reconhecido não apenas como fenómeno de guerra, mas como distúrbio mental que pode seguir-se a qualquer desastre ou acontecimento inesperado, súbito, violento, em suma traumatizante.

O quadro clínico, que pode manter-se muitos anos depois do acontecimento traumático original caracteriza-se por forte vivência de depressão e culpabilidade diferença emocional, crises de ansiedade e pânico despoletadas por situações ou factos que possam estar associadas - ou apenas recordar - a situação traumática inicial, recordações obsessivas ou pesadelos violentos que envolvem geralmente para perturbações crónicas do sono, da memória e de atenção.

Os indivíduos que sofrem de DPTS têm dificuldade em falar do sofrimento da guerra, devido a terem receio de serem julgados pela família e amigos, de não os entendem.

O abuso do álcool, medicamentos ou tóxicos ocorre com frequência, muitas vezes numa tentativa de automedicação. Contudo, contam-se ainda como efeitos secundários a negligência pessoal e problemas de relacionamento e reintegração social, como problemas conjugais, isolamento de família e amigos, incapacidades são frequentes gravadas pelas deficiências físicas adquiridas na guerra.

Em Portugal, este problema tem toda a actualidade - a guerra em África trouxe milhares de pacientes com DPTS que merecem a atenção especial de todos nós, família e amigos das vítimas, mas também e sobretudo a prestação de cuidados de saúde especializados.

Na verdade, certos doentes recuperam quase por si próprios, após algumas sessões de psicoterapia, outros, necessitam de medicação ansiolítica e antidefensiva prolongada.

Neste momento, 200 casos de pacientes com DPTS estão a ser avaliados e alguns tratados através de psicoterapia comportamental, sendo um tratamento demorado, levando mais seis meses.

Todavia, não podemos esquecer que as famílias destes homens, também têm necessidade de ter ajuda, sendo também importante poder estar o acompanhamento de um psiquiatra ou psicólogo de modo a aprender a lidar de melhor forma a problemática em questão.

O último tema abordado foi o "Alcoolismo", sendo este considerado uma doença entre os 25 e os 55 anos de idade.

Em estudos efectuados, foi demostrado que os filhos de alcoólicos não reagem tão vivamente a uma bebida como aos filhos não alcoólicos. Consequentemente, os filhos de alcoólicos podem vir a beber mais, porque têm maior tolerância ao álcool.

Quase todos os alcoólicos têm uma história prévia, aparentemente normal, como bebedores sociais.

Ninguém fica alcoólico instantaneamente, mas muitos dos que abusam do álcool acabam por perder o controle e ficar dependentes.

Nesta vertente, o Alcoolismo afecta a família no seu funcionamento interno, nos seus equilíbrios, nos papeis e responsabilidades que competem a cada um. Inconscientemente, os papeis, as rotinas familiares que se "adaptaram a um elemento alcoólico, podem depois funcionar para manter o problema".

Com efeito, as dificuldades em modificar a dinâmica familiar de outra forma, são questões dificilmente ultrapassáveis para a família sem uma ajuda especializada paralelamente com o tratamento do seu elemento alcoólico.

Em termos de "Ajuda Médica Especializada", existem as consultas e terapia de grupo em instituições de saúde vocacionadas para o alcoolismo.

Por outro lado, existem os Alcoólicos Anónimos (A.A.) que é uma associação voluntária e anónima, no sentido em que apenas são usados os nomes próprios

Através dos "A.A." os novos membros são encarregados para se manterem afastados de uma bebida "um dia de uma vez" Em vês de prometerem solenemente nunca mais beber. Os A.A. encontram-se em não beber agora - "só por hoje", começando a pôr os seus pensamentos em ordem, segundo os doze passos dos A.A. para a recuperação.

Estes passos surgem ideias e acções que podem conduzir a uma vida feliz e útil

O DEPARTAMENTO DE REABILLITAÇÃO
Serviço de Acção Social
Fátima Almeida
A Técnica de Serviço Social

Secretário Nacional da Reabilitação diz-nos...

Entrevista: Patuleia Mendes

Dando continuidade à entrevista dada ao "ELO", pelo senhor Secretário Nacional de Reabilitação, cuja publicação se iniciou no jornal de Julho, terminamos neste número a sua divulgação, não deixando, uma vez mais, de realçar a disponibilidade do Dr. António Charana, para a concretização deste trabalho, que, estamos certos, contribuirá para uma melhor compreensão e conhecimento, não só da matéria política que se refere à área da integração das pessoas deficientes, mas também do sistema orgânico que a suporta.

"ELO" - Duas perguntas para uma só resposta:

É verdade que na 1ª reunião do Conselho Nacional de Reabilitação, após a sua reorganização, transpareceu a ideia de que os representantes dos Ministros não estavam conhecedores da matéria e sensibilizados para ela?

A operacionalidade que se pretendeu dar, quer ao Grupo de Diálogo, quer ao Conselho Nacional, vai fazer ir para a frente coisas tão importantes, como a Lei de Bases da Reabilitação e a política nacional de Reabilitação

SNR - Relativamente à primeira questão, quero dizer-lhe que, tanto quanto é do meu conhecimento das reuniões dos anteriores Conselhos Nacionais, esta primeira reunião do actual Conselho teve alguns méritos.

O primeiro foi o de que cada representante dos Ministros apresentou, de forma sistemática, e o mais completa possível, no âmbito do tempo disponível de uma reunião, as atribuições e as propostas de actuação dos respectivos Ministérios.

Isto vem dar-me razão no sentido de que todos os representantes vieram preparados, conhecedores da matéria, e sobretudo empenhados no desenvolvimento dos planos sectoriais respectivos.

Foi isso que aconteceu.

A reunião começou, exactamente, pela assumpção das responsabilidades por parte dos representantes dos Ministros dos sistemas sectoriais nucleares no âmbito da política de Reabilitação.

Tudo isto foi, para nós, muito importante. Verifiquei que todos os representantes estavam conscientes das suas responsabilidades, bem como do trabalho que se lhes depara, no âmbito do Conselho Nacional.

Estou satisfeito por reconhecer, também, que os representantes dos Ministros estão empenhados em trabalhar, conjuntamente com o Secretariado Nacional de Reabilitação e com as Organizações Não Governamentais, para o futuro das pessoas com deficiência, no nosso país.

A segunda questão que me coloca pode ter várias respostas.

Em primeiro lugar, a criação do Grupo de Diálogo foi, exactamente, para que todas as questões específicas da deficiência fossem debatidas, exaustivamente, sem limites de tempo, sem peias burocráticas ou outras, com todos os representantes das Associações dos diversos tipos de deficiências.

Um forum, em que todas as deficiências estivessem representadas por Organizações do nível nacional, verdadeiramente representativas, e também pelas associações, que não sendo vocacionadas para deficiências específicas, representam, no entanto, situações abrangentes de relevo nacional.

Este é o caso da ADFA e outras Associações, nomeadamente a própria APD, que não representa uma deficiência, mas, sim, um conjunto de cidadãos com deficiência.

Podemos dizer, portanto, que esse forum, o Grupo de Diálogo, existe para debater as questões que afligem as pessoas com deficiência, reflectindo propostas de actuação e para, simultaneamente, surgirem alguns projectos concretos para o Conselho Nacional e outros serviços do Secretariado.

Por outro lado, o Grupo de Diálogo pode também funcionar por Comissões Especializadas, por forma a discutir assuntos mais específicos e a encontrar respostas para muitos casos, mesmo sem ser necessária a publicação de leis.

No fundo, compete ao Grupo de Diálogo sugerir actuações, promovendo outro tipo de trabalhos que possam resolver os problemas existentes.

O Grupo de Diálogo é, de facto, fundamental, no diálogo e na cooperação, no contacto directo com os problemas e com as Organizações mais preocupadas com a questão da deficiência em Portugal.

Não esqueçamos que o trabalho não deve ser feito só em reuniões, mas, em simultâneo, através de um diálogo permanente e aberto.

Neste sentido, criei a figura das Interlocutoras Institucionais que, no concreto, são três técnicas superiores do quadro do S.N.R., a quem cada associação se pode dirigir, da maneira que melhor entender, por telefone, por escrito ou pessoalmente, sabendo que tem sempre um rosto que acompanha os seus problemas, que encaminha as questões e que lhe dá sempre conta das propostas e das soluções que vão sendo encontradas.

É este conjunto de orgãos e de estratégias - o Conselho Nacional, o Grupo de Diálogo e as Interlocutoras Institucionais - que nós encontramos, mais formais ou menos formais, para que a reabilitação tenha um consenso possível, na procura de soluções.

Relativamente à questão se o trabalho destes orgãos tem contribuído para pôr em prática a Lei de Bases de Reabilitação, devo dizer-lhe que todo o labor que é realizado, seja qual fôr a sua dimensão, é sempre perspectivado na prossecução dos seus princípios fundamentais.

Quando falo da sua prossecução é evidente que ela está a ser concretizada nos âmbitos da saúde, da educação, do emprego e da segurança social.

Quando nos referimos, por exemplo, à integração sócio-profissional, é evidente que o Ministério do Emprego e da Segurança Social, através das suas Secretarias de Estado, tem já legislação que, no fundo, rege aquela base, nomeadamente os apoios à formação, à integração no mercado de trabalho e todo o conjunto de apoios ao emprego protegido e às ajudas técnicas.

É evidente que haverá sempre situações gerais, que não caindo especificamente num determinado sistema, podem ser objecto de alguma recomendação específica, por parte do Secretariado Nacional de Reabilitação. Neste sentido, o Grupo de Diálogo e o Conselho Nacional, estarão atentos e farão as sugestões adequadas.

Não se pode afirmar que a Lei de Bases não está regulamentada. Cada dia que passa sai um despacho, um decreto-lei ou uma portaria que procura resolver um assunto das pessoas com deficiência.

Assim, a Lei de Bases está a ser regulamentada permanentemente. É esta a minha noção de regulamentação da Lei de Bases.

"ELO" - O Grupo de Diálogo, na devida altura, e pela voz de algumas associações, reclamou-se o direito de ter um número superior a dois, como seus representantes no Conselho Nacional.

Em reunião do Grupo de Diálogo foi recomendado que fosse elevado esse nº de 2 para 6 ONGs, e o último Conselho já se debruçou sobre este caso. Vai para a frente a ampliação proposta ?

SNR - Eu quero dizer que, de facto, o Grupo de Diálogo fez uma proposta que foi transmitida ao Conselho Nacional no sentido de passar de dois para seis, o número dos representantes das Organizações Não Governamentais da deficiência.

Importa lembrar que existem outros orgãos não governamentais no Conselho.

Como a proposta foi apresentada pelos dois representantes das Organizações Não Governamentais, na única reunião do Conselho Nacional, do dia 30 de Junho, os Conselheiros ficaram de analisá-la, com os fundamentos que foram evocados pelas Organizações proponentes.

Na próxima reunião do Conselho, será tomada uma posição sobre a referida proposta.

Só, nessa altura, se vai poder, possivelmente, tomar uma primeira posição. Tudo dependerá de os Conselheiros, estarem ou não, em condições de fazer tal aprovação.

O Conselho Nacional é um orgão colegial. As suas aprovações são votadas pela maioria dos seus membros. Vamos aguardar para ver se as Organizações do Grupo de Diálogo conseguiram sensibilizar os outros membros do Conselho, no sentido da aprovação da proposta.

Penso que, independentemente disto, todas as organizações não governamentais da deficiência devem, através dos seus representantes no Conselho Nacional, fazer chegar as suas propostas.

É aos representantes que compete fazer ouvir a sua voz perante aquele orgão tão importante da política de reabilitação.

"ELO" - O projecto de Lei sobre a regulamentação do sistema da colocação de professores, foi um dos primeiros documentos objectivos, relativos aos problemas dos deficientes, levado ao Conselho Nacional de Reabilitação.

Tal projecto, como se costuma dizer, não custa dinheiro. Será fácil a sua aprovação ministerial ?

SNR - O Conselho Nacional de Reabilitação, na sua última reunião, decidiu, sobre as questões da educação, de natureza complexa, como é o próprio sistema educativo, criar, de imediato, uma comissão especializada, coordenada pela representante da Ministra da Educação, e integrando a representante da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e um representante de uma organização do Grupo de Diálogo, para até ao fim do mês de Julho, nos apresentarem uma proposta de actuação relativamente à matéria que me está a colocar.

Infelizmente, a representante da Ministra da Educação, adoeceu, o que, presumivelmente irá atrasar a data da apresentaçãoprevista.

Como este assunto é muito urgente, preocupa-me bastante, e portanto, estamos a aguardar que não se retarde a apresentação de uma proposta de actuação, por forma a tomarmos uma posição. Na próxima reunião, o Conselho também se debruçará e decidirá sobre essa matéria.

"ELO" - As organizações de deficientes, e estes próprios, aguardam, com expectativa o desenvolvimento do trabalho da Comissão para a Reabilitação até ao ano 2000.

O que é que pode ser possível perspectivar, para a população deficiente, no final deste século, no nosso país?

SNR - Era bom que eu vos pudesse dizer isso, mas, infelizmente, não tenho esse dom!

A única coisa que lhe posso dizer é que eu, como Secretário Nacional e conhecedor, um pouco, do contexto nacional e internacional, em termos do que está a ser projectado para o fim do século, não podia deixar de aproveitar esta oportunidade para, também, fazer o Plano Nacional de Reabilitação até ao ano 2000.

Como se sabe, a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Europeia e o próprio Governo Português, dispõem de um conjunto de instrumentos de gestão e de planeamento que estão a ser preparados para a viragem do milénio.

Conjugando todos esses indicadores e todas essas fundamentações filosóficas e de princípio dessas organizações, com o conjunto de instrumentos que estão ao dispôr do Governo Português e das organizações internacionais e internacionais, abalancei-me em propôr a criação de uma Comissão para a elaboração e acompanhamento do Plano Nacional de Acção, em boa hora aceite pelos Ministros do Emprego e da Segurança Social, da Saúde, da Educação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Encontram-se nestes Ministérios, as áreas-chave do processo de reabilitação, que devem ser agregadas a outros sectores, no momento que for considerado oportuno.

O referido Plano deve ser construído numa base partilhada pelos departamentos e, também, numa base técnica bem fundamentada.

Nesse sentido, a Comissão já reuniu e tem consciência de que a elaboração do Plano é, de facto, muito complexo.

Todos nós reconhecemos que para se fazer um verdadeiro plano nacional de acção, com metas físicas e financeiras, até ao ano 2000, é uma tarefa complexa, dada a complexidade de todas as áreas envolventes, mas nós desejamos elaborá-lo, como deve ser.

As duas reuniões da Comissão foram, por um lado, de aprofundamento da metodologia de partilha e de co-responsabilização dos sectores na elaboração do plano e, por outro lado, de procura de uma solução eficiente e eficaz na sua elaboração.

O Plano encontra-se ligeiramente atrasado, precisamente porque a Comissão foi constituída no dia em que aconteceu a última reestruturação do Governo.

Assim, os novos Ministros tiveram de ser consultados para a nomeação dos seus Directores - Gerais, o que levou a que a 1ª reunião da Comissão se realizasse cinco meses após a sua constituição, o que vai protelar, no tempo, todo o planeamento que estava já estabelecido.

Como sabe, a Comissão é constituída somente por Directores-Gerais.

Apesar de tudo, contamos fazer cumprir as metas com este atraso e levar ao conhecimento das Organizações Não Governamentais a proposta do Plano que a Comissão elaborar, através do Conselho Nacional e do Grupo de Diálogo.

Está contemplada também a discussão pública da proposta do plano, após a qual será aprovada pelo Governo e posta em acção.

A Proposta do Plano incluirá um projecto de acompanhamento, já que a Comissão tem a competência de seguir a sua execução, o que nos vai dar garantias de que existe uma envolvência e uma co-responsabilização na mesma.

"ELO" - O Senhor Secretário Nacional de Reabilitação falou-nos da sensibilização da opinião pública.

Não seria mais eficaz, a nível do conhecimento da reabilitação, uma maior intervenção do próprio Secretariado na Comunicação Social?

SNR - Sabe que eu concordo, perfeitamente, com a ideia de que a sensibilização e a informação da sociedade, em geral, e de algumas organizações, em particular, é fundamental para a integração das pessoas com deficiência.

O Secretariado Nacional de Reabilitação tem feito o possível.

Neste sentido, criamos um programa, que se denomina "INFORMA", cujos destinatários são considerados protagonistas na sociedade.

Mas é, de facto, uma área difícil.

A comunicação social, como se sabe, está, hoje, virada para os índices de audiência e para os números das tiragens das publicações, de modo que os assuntos são, muitas vezes, escolhidos com base em critérios que pouco tem que ver com uma questão social tão eminente, como é a reabilitação.

Tem sido difícil garantir a adesão de alguns orgãos de comunicação social para a promoção da imagem positiva das pessoas com deficiência.

É urgente desligar daquela tradição que relaciona sempre estas pessoas a determinadas imagens que, para mim, estão perfeitamente ultrapassadas.

Mas penso que há um progresso, ainda que limitado, uma evolução da comunicação social, no referente a esta matéria.

A fraca intervenção do Secretariado Nacional na comunicação social não se deve, muitas vezes, ao próprio Secretariado.

Posso dar-lhe um exemplo: Já realizamos, neste ano, algumas sessões de informação, como sejam seminários de importância relevante para as questões da deficiência. O último foi relativo à acessibilidade em geral. Uma temática fundamental para toda a reabilitação.

Convidámos todos os jornais nacionais e regionais, rádios e cadeias de televisão, enfim, um número imenso de orgãos de comunicação social, não para fazer publicidade, mas no sentido da sensibilização da opinião pública para esta temática. Em boa verdade, a resposta foi francamente pobre.

Daqui, eu posso inferir que, muitas vezes, é difícil conseguir angariar a adesão da comunicação social. Vamos ter que encontrar, seguramente, formas mais criativas para conquistar este objectivo.

Estou a falar para um orgão da comunicação social de uma Associação, que está consciente de que, neste momento, a comunicação social em geral tem outros critérios.

"ELO" - Como se costuma dizer a deficiência não vende.

O Dr. Charana, conhece bem a nível nacional e internacional a área da deficiência.

Daquilo que conhece , a ADFA desmerece das outras organizações de ex-militares, sobretudo de deficientes militares de fora de Portugal, na sua inclusão no movimento associativo dentro do nosso país.

SNR - Do que conheço, a ambos os níveis, a ideia que tenho da ADFA, neste momento e no âmbito nacional, é de uma grande Associação, com forte capacidade de intervenção, tanto junto das áreas do poder, como das Organizações Não-Governamentais no domínio da reabilitação.

De facto, é uma Associação que, com o seu perfil, o seu estatuto e a sua prática tem sabido merecer, dos orgãos do próprio Secretariado, uma grande apreciação positiva, designadamente da minha parte.

Não quer isto dizer que as nossas posições sejam perfeitamente idênticas. Aliás, por força e natureza das coisas, não tem que o ser.

Aqui fica, portanto, a minha homenagem à ADFA, pela sua grande isenção, força de identidade e por saber colocar os pontos nos "is", quando tem que ser colocados , e dizer o que está mal, está mal e o que está bem, está bem. É, de facto, uma Associação que me merece toda a atenção, pela coragem com que enfrenta e apresenta as soluções

A nível internacional, eu conheço pouco as organizações que representam os deficientes militares. Mesmo assim, penso que o prestígio da ADFA, e isso ficou bem demonstrado nos últimos eventos ocorridos em Portugal, não se resume só à sua função como associação. É um prestígio que honra também o próprio país, enquanto a ADFA representa um conjunto de cidadãos que nos merecem todo o respeito.

A ADFA tem sabido merecer esse respeito, a nível internacional.

Penso, portanto, que esta Associação é uma organização digna de todo o nosso apreço e da nossa homenagem.

"ELO" - E, para finalizar, uma palavra não diria de esperança, mas de realismo para os cidadãos com deficiência em Portugal, na sua forma previsível de futuro, de integração numa sociedade que é cada vez mais competitiva, em que se agravam as questões sociais.

Que realidade para os deficientes no futuro?

SNR - A minha esperança é de que a realidade, no futuro, seja melhor do que tem sido até hoje, assim como a de hoje é melhor, concerteza, do que há 17 anos, como referi no início desta entrevista.

Agora, o que eu penso é que nada se faz sem luta e sem esforço, quero dizer, nada se faz da parte do Secretariado sem muito trabalho, criatividade e inovação. Tudo se faz com uma grande dose de trabalho e de merecimento de todo o serviço dos técnicos e dos departamentos dos outros Ministérios.

Não quero deixar de referir, também, o grande empenhamento dos respectivos Ministros, nomeadamente, do Ministro do Emprego e da Segurança Social, que tem dado o seu forte apoio à política de reabilitação.

Relativamente às pessoas com deficiência, penso que é através das suas organizações, que melhor podem fazer valer as suas reivindicações, em termos qualitativos e mais dignos. Neste aspecto, a ADFA é uma organização que representa bem os seus associados.

Aliás, na sua maioria, o conjunto das outras organizações tem também um papel muito importante.

Quero dizer, com tudo isto, que o papel das pessoas com deficiência, nas suas organizações, é fundamental na prossecução dos seus direitos, até ao final deste século. Se lá chegarmos, com melhores níveis de integração, é evidente que se deverá à própria organização das pessoas com deficiência em cooperação com o SNR e outros orgãos da Administração Pública.

Só neste trabalho conjunto e de esforço de cooperação se conseguirão melhores níveis de integração, pois penso que a vertente da reabilitação, não é uma área de poder eminentemente político, mas sim social.

Por força das circunstâncias, só se beneficiará com a cooperação e, pelo contrário, nunca com a separação entre a parte da Administração e a das ONG'S.

19 anos depois, sem crueza nem complexos, urge que se olhe atrás com objectividade, sem erros de paralaxe, a segunda grande afirmação pública dos Deficientes das Forças Armadas, sequência da Assembleia Geral de 20 de Setembro de 1975.

A primeira verificara-se quase um ano antes, a 23 de Novembro de 1974, quando decidimos ocupar o Palácio da Independência, que constituiria a nossa Casa, durante quase 20 anos; se a primeira manifestação pública se prendeu com a questão de sediação, a segunda foi o grito de raiva pela demora no reconhecimento que nos era devido, o arranque definitivo e incontido pelo direito à dignidade, o início da reivindicação legislativa, que levou à aprovação do decreto-lei 43/76.

A luta, na ocasião desenvolvida, e que marcou o querer e a afirmação, até então nunca vistas em Portugal de um grupo de deficientes, não teve um final perfeitamente feliz, já que a legislação que viria a ser aprovada na sua sequência, não contemplou todas as situações dos deficientes militares, como coerentemente foi exigido. É por isso que a reivindicação legislativa sempre constituiu, a partir daí, prioridade permanente da ADFA.

Volvidos 19 anos, muitas situações se encontram à espera de resolução, anos que tardam para muitos, já que, para outros, foram demasiado longos, porque a morte não lhes permitirá ver a justiça que, seguramente, irá ser feita aos deficientes militares em situação idêntica.

O nosso jornal inicia, nesta edição, a publicação de uma série de depoimentos alusivos ao acontecimento, deixando as nossas páginas abertas a todos os associados que queiram, com a sua participação, revelar episódios, modos de sentir, daquela explosão espontânea, daquele grito uníssono, daquela vontade férria, daquela solidariedade activa, que viria a pautar a nossa vivência associativa durante todos estes anos.

Esperamos contribuir, com este desafio, para o conhecimento mais correcto daquele período específico da ADFA, no sentido da feitura da nossa história, esperando que, com toda a dignidade, se reconquiste o que de genuíno teve a luta de 75, e se inicie uma reflexão, que leve à comemoração dos 20 anos no próximo ano, de uma data, que pensamos, deve vir fazer parte do calendário das nossas actividades associativas.

Que 20 de Setembro de 1995 seja uma meta para o trabalho a desenvolver pelos nossos responsáveis associativos, no sentido de que a publicação de legislação neste período permita que naquela altura esteja feita justiça a muito mais deficientes militares, às suas viúvas e às suas famílias.

O Director

Marcha para Belém

20 de Setembro de 1975

Um marco histórico na

Texto de Armindo Roque
Fotos do Arquivo da ADFA

A Luta dos DFA, que decorreu de 20 de Setembro a 18 de Outubro de 1975, é um marco histórico na vida da associação e talvez não seja excessivo dizer de todos o deficientes portugueses, pois foi o dia em que pela primeira vez saíram da obscuridade e foram o centro da atenção de todo o país.

Pretendemos com este artigo dar uma, panorâmica desta luta, obrigatoriamente breve dado o reduzido espaço que um artigo de jornal permite. Mas como uma caminhada de mil léguas começa com uma passada, esperamos que outros passos sejam dados pelos sócios em próximos números do "ELO".

MANIFESTAÇÃO A S.BENTO

A 29 de Maio de 1974 a ADFA apresentou uma lista de reivindicações que enviou ao Governo e tentou, infrutiferamente, por três vezes, ser recebida pelo Primeiro Ministro Vasco Gonçalves. Na sequência disto foi entregue, no dia 13 de Novembro de 1974, um documento dirigido ao Primeiro Ministro onde se dava um prazo de 10 dias para que recebesse a ADFA, terminado este, no dia 23 de Novembro, em AGN, decidiu-se realizar uma manifestação até S.Bento, para que Vasco Gonçalves recebesse a ADFA.

A manifestação realizou-se e durante o trajecto foram distribuídos comunicados. Os DFA exibiram publicamente as suas cicatrizes.

O Primeiro Ministro recebeu então a ADFA e resolveu institucionalizar a Direcção como o organismo com quem o Governo trataria a problemática dos Deficientes Militares.

No dia 7 de Dezembro de 1974 realizou-se, em S. Bento, uma reunião com o Primeiro Ministro, estando presentes a Direcção da ADFA e representantes do Ministério da Defesa Nacional. Nessa reunião ficou aprovado que o gabinete do MDN elaboraria um projecto de decreto-lei com a participação directa da ADFA, ficaram também aprovados os pontos base em que o mesmo assentaria.

Seguem-se alguns meses de acalmia até que surge a crise motivada com a saída do documento dos Nove e a subsequente crise governamental, em Agosto de 1975, que terminaria com a nomeação, por Costa Gomes,. de Pinheiro de Azevedo, para a chefia do VI Governo Provisório, no dia 30 de Agosto. Seguiu-se um período para a formação do elenco governamental, que só tomou posse em 19 de Setembro de 1975.

Há quem considere que a Luta da ADFA se inseriu em estratégias político partidárias pró-Gonçalvistas, devido ao facto de a nossa luta ter coincidido com a investidura do VI Governo Provisório. Devido a não existirem estudos aprofundados sobre esta matéria, nunca houve uma tomada de posição consistente sobre estas afirmações.

Neste período de tempo, internamente, assistiu-se a um dos mais conturbados períodos da vida da ADFA, onde se pode dizer que todas as semanas havia uma AGN, as célebres reuniões da 3ª Feira.

Os internados do Hospital Militar Anexo fizeram um levantamento de rancho e saíram para a rua, em manifestação, desde Campolide até ao Rossio, no dia 21 de Janeiro de 1975. Após esta manifestação foi criada uma Comissão de Bem Estar que foi reconhecida pelo Director do Hospital.

A segunda Assembleia Geral Nacional Ordinária da ADFA realizou-se no Lar Militar a 19 de Abril de 1975 e foram eleitos para a Direcção Central: presidente Jorge Maurício, vice-presidente, Lavouras Lopes, 1º Secretário, Humberto Sertório, 2º Secretário, Hugo Guerra, Tesoureiro; José Gabriel e como presidentes da AGN, António Calvinho e do Conselho Fiscal, Luciano Dias.

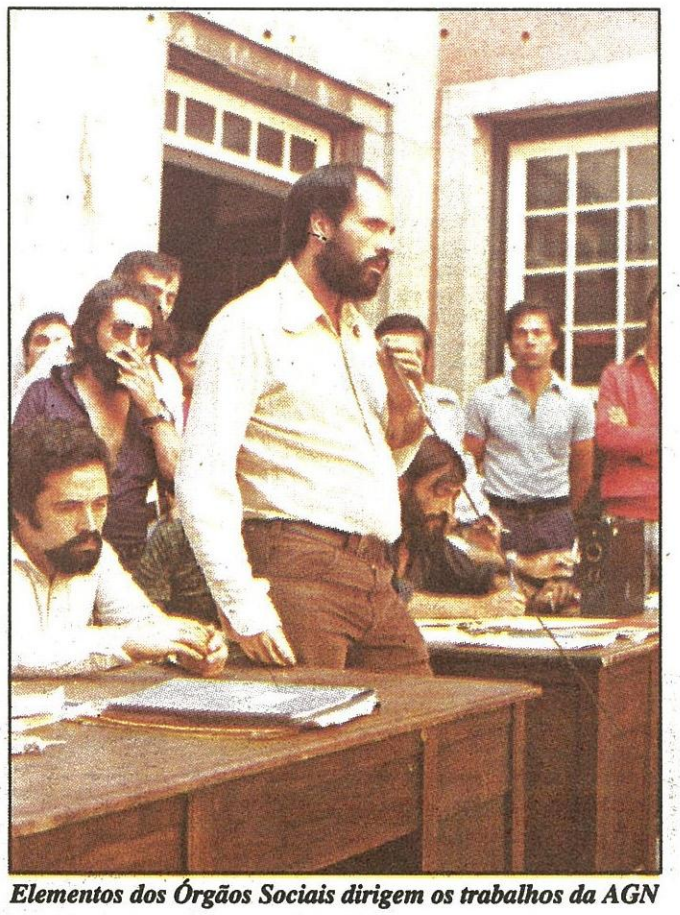
Estava passado um ano de "Revolução" sem que os DFA tenham visto resolvida nenhuma das suas reivindicações.

A Assembleia Geral Extraordinária de 7 de Junho de 1975 reuniu-se para discutir e aprovar um plano de acção eficaz para promulgação do Dec. lei dos DFA, que nesta data se encontrava em fase final de elaboração e deveria ser entregue na semana seguinte ao Governo. Este projecto já tinha recebido o parecer favorável do Conselho da Revolução.

Nesta AGN houve uma proposta para que se realizasse de imediato uma manifestação, mas não foi aprovada. A AGN concluiu que não se podia acusar o Governo de desinteresse, uma vez que o Projecto ainda não se encontrava na sua posse.

Foi dado o prazo de um mês e meio às entidades governamentais para o decreto-lei ser promulgado, findo o qual seria convocada nova Assembleia Geral para uma tomada de posição de força.

Na AGN de 26 de Julho a Direcção informou que o Dec. lei não seria aprovado em Conselho de Ministros, mas sim pelo Conselho da Revolução, o



Elementos dos Órgãos Sociais dirigem os trabalhos da AGN

Reflexões

Os Dias que Abalaram as Consciências

António J. Lavouras Lopes
Sócio nº 2

São passados quase vinte anos sobre a "Luta dos Deficientes das Forças Armadas". Vai sendo tempo suficiente para a História lançar sobre ela o seu olhar neutro. Mas não será ainda o necessário para o distanciamento desapaixonado de quem viveu os acontecimentos, como é o caso de quem escreve estas linhas e de muitos que as lêem. Porventura nunca o será. Fica assim salvaguardada a possível excessiva subjectividade deste curto depoimento que o "Elo" me pede.

Foi há dezanove anos - em Setembro de 1975 - que as consciências foram abaladas pela descida à rua dos imobilizados na memória colectiva.

As figuras fixadas na fachada da História pelo brio do dever cumprido nas fileiras das Forças Armadas da Nação, em mobilização geral espontânea, saltaram dos quadros ilustrados e puseram-se em movimento.

Vindos de todos os cantos do País, confluíram no Palácio da Independência para conjurarem e restaurarem a dignidade perdida. Aí, em reunião magna, estes "fidalgos" da vida submetida ao domínio de sentimentos estranhos deliberaram sobre a expulsão do invasor. Decidiram então organizar, de imediato, uma marcha até ao palácio do poder, lançando, pelas ruas da capital, o seu grito de libertação das forças marginalizadoras.

No pátio e no largo fronteiro ao Palácio da Independência, dispuseram-se em ordem de manifestação: equiparam-se com as suas próteses, armaram-se com as muletas, alinharam as cadeiras de rodas, desembainharam as bengalas, desfraldaram os cartazes, gritaram a primeira palavra de ordem e partiram.

O povo de Lisboa viu esta expedição de restos do império atravessar o Rossio, estender-se pela Rua do Ouro, ultrapassar o Terreiro do Paço, rolar e manquejar até Belém, bordejando o rio da gesta marítima.

Esse povo de Lisboa "viu claramente vistos" estes conjurados da dignidade; reviu-os, porque já os tinha visto, então de corpo inteiro, nas paradas dos quartéis e nos desfiles dos cais de embarque, ao longo de treze anos de guerra além-mar.

Chegados a Belém, ao palácio do poder, estes paladinos da sua causa nobre, portadores

(continua na página 8)

Memória e Reflexão sobre o 20

O passado da A.D.F.A., feito de acontecimentos e factos marcantes, carregados de significado e caldeados por ideias, princípios e valores, constitui um valioso património associativo que não pode ser esquecido ou negado, mas deve servir para construir o presente e projectar o futuro, à luz das realidades e das transformações da Sociedade.

De entre as inúmeras acções associativas que figuram no historial da nossa Associação, inscreve-se a jornada associativa de 20 de Setembro de 1975, a qual ficou conhecida pela "luta" e que representa um marco na consciência e no processo reivindicativo da A.D.F.A., pela obtenção de um Estatuto-Decreto-Lei 43/76 que com dignidade, reconhecesse e reparasse as vítimas da guerra.

A importância dessa jornada associativa, rica em episódios que hoje são muitas vezes objecto de conversas informais entre os associados, sempre lembrados com fervor associativo, encontra-se no empenhamento na consciência e na certeza posta pelos deficientes militares de que somente com uma intervenção assumida seria possível re-

5 uma data a consagrar

a reivindicação legislativa da nossa Associação

...rnaria a sua saída muito mais rápida uma vez que já o tinha aprovado na generalidade.

Nesta mesma AGN, apesar de se ter esgotado o prazo de 45 dias dado ao Governo para promulgar o Decreto, findo o qual se deveria tomar uma posição de força, a AGN considerou que não se deveria fazer nenhuma manifestação de protesto, porque esta "seria certamente aproveitada por forças contra-revolucionárias", pode-se ler nas conclusões desta AGN. Foi dado um prazo de mais três semanas para promulgação do Decreto-lei, contadas a partir da nomeação do novo Ministro das Finanças. Findo este prazo sair-se-ia para a rua.

Em 7 de Agosto o Ministro das Finanças emite um parecer negativo

20 DE SETEMBRO OS DFA DESENCADEIAM A LUTA

Em 20 de Setembro de 1975, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária onde os DFA aprovaram por aclamação uma moção, dirigida ao Presidente da República e ao Primeiro Ministro, com quatro pontos:

1º- Que o Decreto lei seja aprovado já no primeiro Conselho da Revolução;

2º-Que o efeito seja considerado retroactivo desde 1 de Agosto;

3º- Que à ADFA sejam dados poderes para propôr os DFA a consultas nos Hospitais Militares e Unidades, ficando os seus sócios desde logo abrangidos pelo internamento, tratamento e medicamentação;

4º- Que de imediato se criem as condições para formação da Secretaria de Estado dos Deficientes — Orgão que coordenará toda a política de Reabilitação funcional e profissional e consequente reintegração e onde estejam representados todos e apenas os orgãos de vontade popular.

E a moção terminava com as seguintes palavras:

Não retiraremos até o reconhecimento dos quatro pontos fundamentais com compromisso por escrito.

A manifestação começou no Rossio, seguiu pela Rua do Ouro até à Praça do Comércio e continuou pela Av. 24 de Julho até ao Palácio de Belém, onde chegou às 21 horas.

Nem o Presidente da República, nem o Primeiro Ministro, nem qualquer outro membro do Conselho de Revolução se encontravam no Palácio.

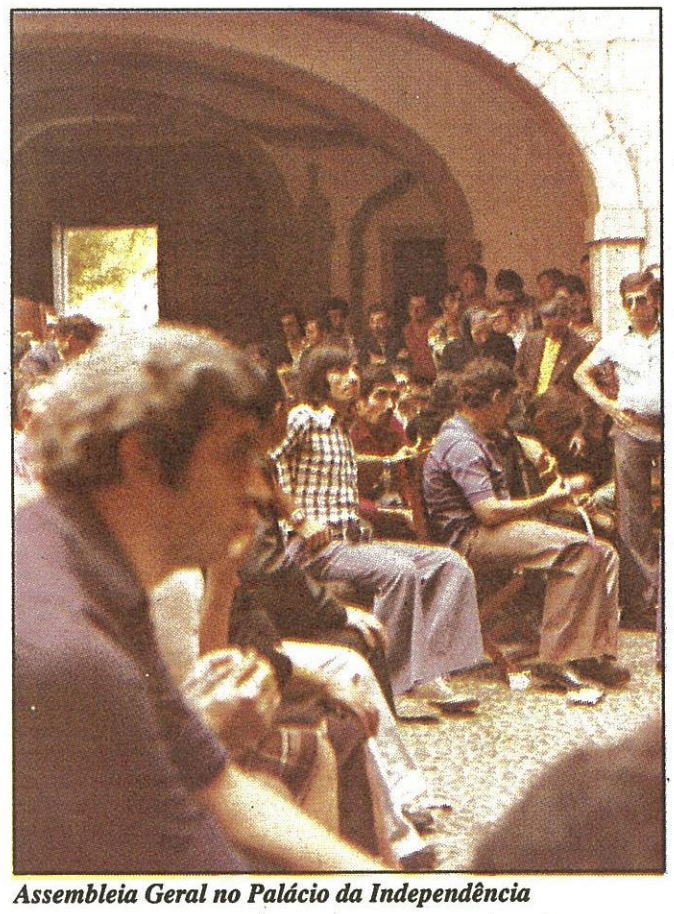
Às 21:30H a Direcção deslocou-se ao COPCON para falar com o General Otelo, mas não o conseguiu.

Às 23:00H os representantes dos Orgãos Sociais entraram para o Palácio de Belém, onde se mantiveram até depois das 2 horas da madrugada. tentaram conseguir que o Presidente da República ou o Primeiro Ministro se deslocassem a Belém.

O Presidente da República foi contactado pelo telefone, e encarregou « algum » conselheiro da Revolução de falar com a Direcção. Depois de contactados alguns conselheiros, o capitão Marques Júnior veio a Belém e deu a sua palavra aos DFA de que as suas reivindicações seriam discutidas no Conselho da Revolução. Após esta promessa, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADFA, pediu aos DFA para "destroçarem". A reacção da parte dos manifestantes foi uma recusa quase geral, e começaram a gritar palavras de ordem, tais como: "daqui ninguém arreda pé" e a acusar os Orgãos de que tinham amolecido com as alcatifas do Palácio.

A COMISSÃO DE LUTA

Na sequência da determinação dos DFA em não «arredar pé», foi tomada de imediato a decisão de ocupar a via férrea do Estoril, cerca das 6 horas da manhã de Domingo, dia 21.



Assembleia Geral no Palácio da Independência

Os DFA deslocaram-se durante a noite ao Rádio Clube onde leram um Comunicado, que entretanto tinham redigido, que publicamos em caixa na página 8, e convocaram os DFA de todo o país, para que se deslocassem a Lisboa e se concentrassem em frente ao Palácio de Belém. Os DFA responderam à chamada e nos dias seguintes concentraram-se milhares de sócios frente a Belém.

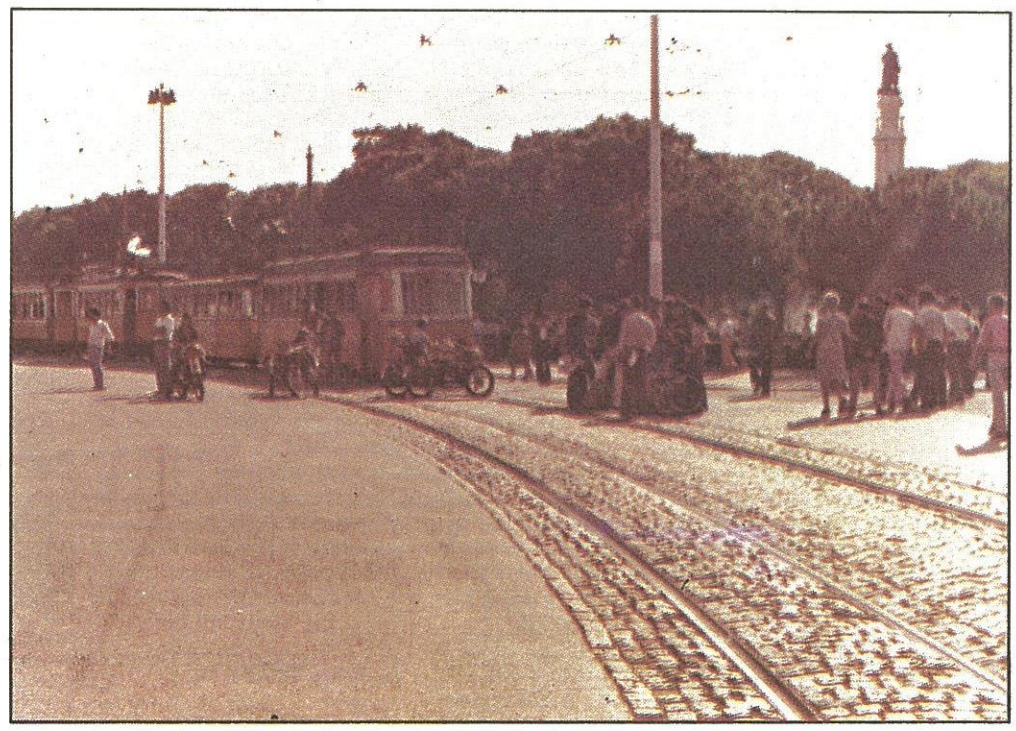
Às 16 horas do dia 21 constituíu-se uma Comissão de Luta para coordenar todo este processo.

Esta Comissão, a primeira a formar-se no nosso país, ultrapassou completamente os Orgãos Centrais, que a partir desta altura deixaram de "mandar" na ADFA.

Os DFA decidiram parar todos os comboios, na estação de Belém, por um período de cerca de 4 minutos, para leitura do Comunicado.

AUTOCRÍTICA DA DIRECÇÃO

A Direcção da ADFA viria a autocriticar-se da posição tomada após a reunião com Marques Júnior, num Comunicado emitido às 19:00H, do dia 21, em que a dado passo dizia: "Enquanto os manifestantes se radicavam nesta posição inabalável, lá dentro a Direcção sofria os efeitos anestesiantes dos gabinetes e das alcatifas. Reconhecemos, numa perspectiva de autocrítica revolucionária, que nos deixámos embrenhar numa situação de divórcio dos camaradas que em nós haviam confiado, tendo sido levados a assumir um compromisso perante a palavra de alguns Conselheiros da Revolução, apelando em seguida para a desmobilização."... "Concordamos com os nossos camaradas que desligando-se da Direcção, continuam a sua luta, concentrando-se hoje de tarde novamente em frente ao Palácio de Belém. Estamos com eles individualmente como deficientes, enquanto como Direcção nos vemos forçados a negociar com os governantes." Na verdade os DFA nunca abandonaram o Jardim de Belém, pois tinha ficado bem claro na decisão da AGN, no 4º ponto das suas resoluções, o seguinte "Não retiraremos até o reconhecimento dos quatro pontos fundamentais, com compromisso por escrito" e, o que de facto aconteceu, é que foi apenas prometido por um oficial do Conselho da Revolução, que iriam discutir o problema. Os Conselheiros, dando o dito por não dito, na sua reunião de 25 de Setembro, "lavaram as mãos" deste problema e remeteram o assunto para apreciação do VI Governo Provisório.



Concentração dos DFA em frente ao Palácio de Belém

No dia 21, pelas 16 horas, a Direcção dirigiu-se ao Forte de S. Julião da Barra, onde esteve em contacto indirecto com o Presidente da República.

Foi pedida pela Comissão de Luta, a presença do Presidente da República.

OCUPAÇÃO DA PONTE

Cerca das 00:30H, do dia 23, os DFA ocuparam a Ponte 25 de Abril, facilitando a passagem gratuita a todos os veículos. Esta acção teve um enorme apoio de toda a população e dos operários das fábricas daquela região, que numa atitude de profunda solidariedade, levaram alimentos aos DFA, que durante cerca de vinte dias fizeram da rua a sua morada, com todos os sacrifícios que isso implica, sobretudo para os paraplégicos.

No dia 23, Costa Gomes recusa-se a receber a Comissão de Luta.

POLÍCIA MILITAR RECUSOU-SE A REPRIMIR

Não há luta sem repressão e esta não foi excepção. Logo nos primeiros dias foram dadas ordens à Polícia Militar para ir desocupar os DFA do Jardim em frente ao Palácio de Belém. Os militares desta unidade deslocaram-se para o jardim mas, em vez de cumprirem as ordens que lhes tinham sido dadas, puseram-se à disposição da Comissão de Luta. Esta ordenou aos soldados que fossem para uma barricada que estava erigida na avenida 24 de Julho, para evitarem problemas de maior, no caso de alguém tentar furar essa barreira.

Na noite de 23 para 24 foi ocupada, para abertura ao trânsito sem pagamento de portagem, a auto-estrada do Norte, em Sacavém, no dia 24 ocupou-se a portagem da Ponte de Vila Franca de Xira com o mesmo objectivo.

OCUPAÇÃO DA EMISSORA NACIONAL

De 24 para 25 de Setembro, a Comissão de Luta, ocupou a Emissora Nacional, na Rua do Quelhas, depois de ter planeado a operação com todo o pormenor, no interior de um eléctrico, que servia de "Quartel-General" ,em frente ao Palácio de Belém. Depois de terem neutralizado a polícia que guardava a Emissora, contaram com o apoio entusiástico dos seus trabalhadores.

Começou-se a difundir comunicados, que eram ouvidos em todo o país. Nunca até aí, nem depois disso, houve uma tão grande divulgação, nos Orgãos de Comunicação Social, dos problemas dos

(continua na página seguinte)

20 de Setembro

Abel Fortuna
Sócio nº 580

mover as barreiras que se no opunham, na construção de um futuro como cidadãos.

Pese embora as vicissitudes e as tentativas de intromissão por parte de forças alheias, os deficientes militares foram os verdadeiros protagonistas, demonstrando serem conhecedores da causa por que se batiam, visto que tinham sido eles a definir e a decidir os objectivos e a condução do processo.

A intervenção dos associados que de todas as partes do País afluíram e se uniram em volta de uma comissão coordenadora, constituída por associados a quem temos que prestar a justa homenagem por terem tido a coragem de dar a cara, foi decisiva para vencer o desafio e alcançar os objectivos que com firmeza e querer havíamos perspectivado.

O vinte de Setembro é também um exemplo da postura que assumimos, ao apresentarmo-nos perante a Sociedade não como heróis, mas como vítimas de uma guerra para a qual tínhamos sido mandados por um regime vesgo, e da afirmação de que apesar de todas

(continua na página 8)

Data para Celebrar e Debater

José Noronha
Sócio nº 1625

Há datas que são marcos históricos na vida da A.D.F.A. e que, por isso, não podem cair no esquecimento. Umas, como a do aniversário, pela sua designação já nos transmitem todo o significado do seu simbolismo. Outras, como a do primeiro documento reivindicativo de um grupo de deficientes militares, precisam de ver relembrado, periodicamente, o processo de que são referência sob pena de se perder aspectos significativos da sua identidade, essência e natureza dos seus valores e objectivos os quais, no seu conjunto constituem a cultura associativa.

Quantos sabem a data de apresentação deste documento? A quem foi dirigido? O que lhe deu origem? O que reivindicava? Que consequências teve?

Vês como é necessário evocar a nossa memória colectiva!...

O 20 de Setembro de 1975, data de referência da "Luta" precisa, também, de ser assinalado e relembrado no seu processo envolvente, não porque tenha dúvidas quanto ao conhecimento colectivo das consequências mas porque tenho a certeza que aspectos importantes do nosso modo de ser e estar associativo já estarão esquecidos.

Se hoje, como me parece evidente, atravessamos uma evolutiva crise de identidade, é porque alguns de nós estão a querer construir o futuro sem atentarem convenientemente naquilo que o nosso passado encerra.

Todos sabemos que não é impunemente que se violenta o modo de ser e estar, ou seja, a cultura de uma sociedade, de uma empresa ou até mesmo de um pequeno grupo de amigos.

Para apreendermos correctamente a cultura associativa temos que analisar e ter presente todos os momentos marcantes que constituem o nosso passado.

O 20 de Setembro marcou profundamente o nosso modo associativo. É a referência da que pensa ser a acção associativa mais complexa pelas diversas perspectivas em confronto, quer quanto às suas finalidades, quer quanto às estratégias de orientação, quer quanto a diversidade das pressões a que esteve sujeita.

Todas as vertentes, deste complexo processo, devem me-

(continua na página 8)

(continuação da página central)

Deficientes das Forças Armadas. Por alguns dias, os DFA foram os jornalistas e os locutores da sua própria causa.

Sucede então a segunda tentativa de reprimir a Luta pela força. Foi dada ordem aos Fuzileiros de Vale de Zebro para irem desocupar a Emissora Nacional. Uma representação do comando desta unidade deslocou-se à Emissora Nacional, onde tentou intimidar a Comissão de Luta. Propôs que trocássem a Emissora Nacional pelo Rádio Clube, ao que foi respondido que se a Comissão de Luta quisesse ocupar o Rádio Clube não precisava do apoio dos Fuzileiros. Advertiu-os depois que eles não tinham capacidade para desocupar os DFA da Emissora dadas as características do edifício na Rua do Quelhas, (um verdadeiro Forte), e ao facto de estarem a lidar com homens com muita experiência militar, que apesar das suas deficiências, tinham capacidade de resistência. Perante esta posição de firmeza os Fuzileiros nem chegaram a avançar.

Mantém-se a situação de silêncio das entidades governamentais em relação à nossa luta. No entanto tudo fervilhava neste Verão quente de 75.

CERCO AO PALÁCIO DE S.BENTO

Numa fase posterior da luta os DFA cercaram o Palácio de S.Bento, tendo inclusive retido os ministros, não permitindo a sua saída do mesmo, o que foi considerado um sequestro. Nas traseiras do Palácio estava estacionado um autocarro da Carris, junto ao portão por onde entravam os ministros, onde os paraplégicos descansavam, deixando as suas cadeiras na rua. Perante esta situação foram chamados os Comandos da Amadora, para libertarem a porta de acesso ao Palácio. A Comissão de Luta falou com os soldados e explicou os objectivos da luta, mas no dia 28 de Setembro os comandos avançaram com várias chaimites. Não foi oferecida resistência, houve tentativa de diálogo. Os Comandos conseguiram acabar com o "sequestro", actuando pela calada da noite, quando nesse local se encontravam poucos deficientes, a maior parte dos quais pacatamente a dormir.

No dia seguinte os DFA foram até ao Regimento de Comandos da Amadora depositar as suas próteses, órtoteses e bengalas, para desmascarar afirmações de Jaime Neves, Comandante daquela unidade, que pelo facto de algumas pessoas que estavam sentadas nas cadeiras dos paraplégicos, que se encontravam a dormir, terem começado a correr, afirmou que a luta não era dos deficientes

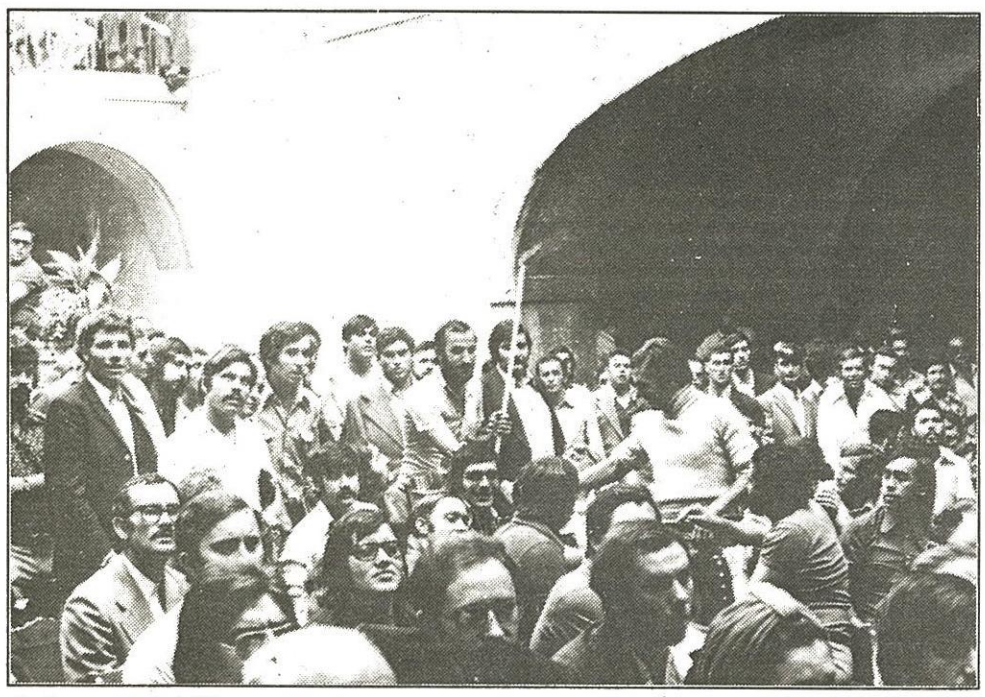
Ocorreu também uma manifestação organizada pelo PS, encabeçada por Mário Soares, em frente à Emissora Nacional. Os DFA reagiram, mandando das janelas do edifício, para cima dos manifestantes, as suas próteses.

No dia 29 de Setembro, a Comissão de Luta resolveu, em reunião alargada, abandonar todos os postos de luta excepto a Emissora Nacional. Face a esta decisão foram abandonadas no dia 2, quinta-feira, as portagens da auto-estrada do Norte e da Ponte de Vila Franca de Xira. Contra a decisão do plenário da Comissão de Luta, continuou-se a ocupação do largo em frente ao Palácio de Belém. Também na Portagem da Ponte, surgiram divergências que obrigaram a realização de um novo Plenário durante a noite do dia 2, em que ficou decidido que se manteria a Ponte ocupada durante mais três dias, tendo sido desocupada apenas no dia 6. Os DFA que se pronunciaram pela desocupação da Ponte, argumentaram que se estava oportunisticamente a utilizar a luta dos deficientes para angariar fundos para o Jornal "República".

GOVERNO APROVA O DECRETO

No dia 8 de Outubro, durante a madrugada, saiu uma nota oficiosa do Ministério da Comunicação Social, em que afirmava que o "Projecto de Decreto-lei havia sido aprovado na generalidade.

No dia 10 foi proibido o acesso directo dos DFA aos microfones da Emissora Nacional, se bem que os comunicados continuassem a ser lidos. Nesse mesmo dia realizou-se aí um Plenário, onde se decidiu que a ocupação continuaria, e aí permaneceram até ao dia 18.



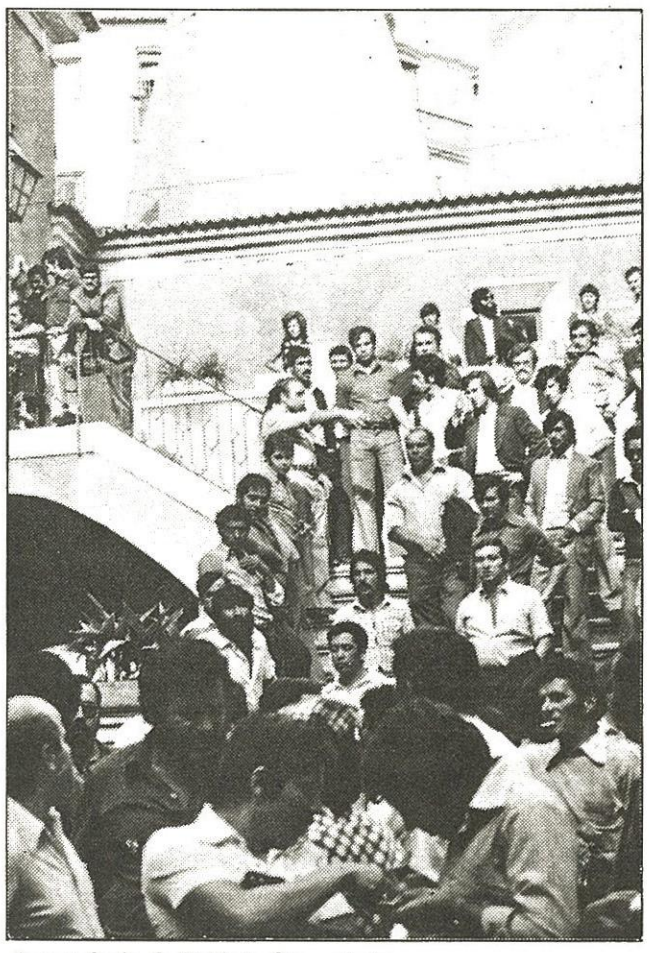
Os jovens de há 19 anos na AGN

DESAPROVAÇÃO NA GENERALIDADE

A Direcção, em resposta à decisão da reunião do Conselho de Ministros de 6 de Outubro, onde aprovou na generalidade o Dec. lei dos DFA, emitiu um Comunicado no dia 9 de Outubro, onde afirmava:"...O governo anuncia uma alteração na especialidade, o que é em si uma desaprovação na generalidade, pois que se trata da parte fundamental do decreto-lei, ou seja, o conceito de Deficiente das Forças Armadas"..."a definição de Deficiente das Forças Armadas que o Governo agora pretende adoptar como oficial existia já antes do 25 de Abril de 1974. Os seus termos são exactamente os mesmos adoptados por Marcelo Caetano mais os seus Ministros." "Os critérios utilizados para calcular as pensões são os herdados dos tempos fascistas. A ADFA lutou para que eles fossem reformulados e adoptados segundo uma perspectiva de justiça em que entrasse em função o grau de deficiência e o grau de necessidade. Essa luta foi perdida..." a Direcção dizia ainda que "O número de deficientes considerados em campanha é de tal modo reduzido, em face ao número total de ex-militares deficientes, que se pode dar ao luxo de estabelecer para estas pensões consideradas chorudas, sacrificando a maioria em favor da minoria".

O FIM DA LUTA

No dia 18, no Palácio da Independência, realizou-se uma Assembleia Geral, extremamente agitada, onde, os não contemplados, e muitos dos que o tinham sido, advogavam a continuação da luta. No entanto foi decidido que os DFA que ainda continuavam a ocupar a Emissora Nacional a deveriam abandonar naquele mesmo dia.



A escadaria do Palácio ficou cheia

(continuação da página central)

Os dias que abalaram as consciências

da nova de libertação, perante a indiferença oficial, sentiram que tinham subido demasiado na ilusão e logo desceram ao rés da sua real condição. Deixaram então crescer ainda mais a sua revolta e, ali mesmo, decidiram passar da guerra palaciana à acção de rua: montaram arraiais no terreiro do palácio do poder; tomaram eléctricos e deles fizeram quartel general; cortaram o trânsito; paralisaram comboios; ocuparam portagens; cercaram a sede do governo; apoderaram-se da principal emissora de rádio.

Chamaram a atenção de Lisboa, do País, do estrangeiro. Obtiveram a compreensão e apoio activo da população.

E quem na altura era poder, como reagiu? Primeiro, dentro duma lógica que a revolução do 25 de Abril afinal não tinha beliscado, com ignorância, a seguir com repúdio, depois com violência e, por fim, com a alteração oficial da realidade.

As reivindicações dos Deficientes das Forças Armadas só em parte acabariam por ser satisfeitas. Muitas injustiças subsistiram. Mas, para além da indisponibilidade de quem na altura mandava, mais marcante ficou a violência exercida por militares operacionais sobre ex-militares com deficiências profundas que lutavam por justiça num protesto a que achavam que tinham direito.

Com o afastamento violento dos Deficientes das Forças Armadas, procurou-se varrer a sua própria presença histórica dos acontecimentos que protagonizaram: tornou-se oficialmente público que eram falsos deficientes que se encontravam em luta.

Ssim, porque os "estropiados" de guerra nunca saíram, porque oficialmente nunca podiam ter saído, da História do dever cumprido, onde, imaterializados, nada exigem em troca. E o povo de Lisboa não viu nada "claramente visto". Se alguma ideia tem desses acontecimentos é porque os leu numa aventura de um herói colectivo quixotesco, que até sonhava que vivia no Palácio da Independência, no centro de Lisboa.

Claro que tudo não passou dum sonho dos tempos heróicos. As crónicas não rezam nada disso. No Palácio da Independência só moraram, que se saiba, a Mocidade Portuguesa e a Sociedade Histórica...

(continuação da página central)

Memória e Reflexão sobre o 20 de Setembro

as nossas limitações físicas, psíquicas, sensoriais ou orgânicas, desejávamos ser cidadãos de corpo inteiro, úteis e participantes numa Sociedade de todos para todos.

Nesses dias, lutámos contra a caridade e a esmola, a favor do direito ao trabalho e pela reforma das mentalidades, afinal pela reabilitação e reintegração social, não só dos deficientes militares mas solidariamente de todos os deficientes portugueses, consolidando o projecto associativo alicerçado em valores de respeito pela pessoa humana.

Hoje a nossa consciência associativa impõe a lembrança de uma data que assinala uma das etapas importantes da nossa vida associativa. Sendo um etapa, embora de grande alcance e significado, não é a meta, no que respeita à satisfação dos nossos anseios e objectivos globais.

Embora o Decreto-Lei 43/76 de 20JAN76, contenha os mecanismos e as estratégias gerais para a reinserção dos deficientes das forças armadas, subsistem ainda, lacunas e problemas por solucionar, que os dezanove anos já decorridos sob o vinte de Setembro, não foram suficientes para os ultrapassar. Por isso, urge mobilizar vontades e meios, para motivar os associados na definição e defesa de um projecto reivindicativo que aglutinando-os, os faça agentes e sujeitos da acção associativa.

(continuação da página central)

Data para celebrar e debater

recer análise cuidada, descomplexada, descomprometida e sem tabus.

Penso que é consensual considerar como muito positivo a intervenção directa das bases nesta acção através do apoio à comissão que elegeram e como muito negativo, a intromissão de interesses de forças exteriores que procuraram condicionar e orientar as posições a assumir pela A.D.F.A., tendo em vista os seus interesses políticos imediatos.

A todos devo igual gratidão e sem pretender ferir a sensibilidade daqueles associados que de forma generosa e solidária se empenharam e deram a cara, em defesa de justos direitos dos deficientes militares, quero aqui lembrar, porque de todo em todo justo, a pessoa do saudoso Fernando Amorim, membro da comissão que nesta, como em todas as suas participações associativas, foi um exemplo de entrega total a favor da causa da A.D.F.A. em que sinceramente acreditava.

O 20 de Setembro pelo significado de que se reveste merece ser celebrado e debatido periodicamente.

Ramalho Pires — **Patuleia Mendes, sócio nº 519**

Saudade de um Militante

Conheci-o na recruta nas Caldas da Rainha e voltamos a estar juntos na especialidade em Tavira. Sorriso franco, palavra de ânimo e encorajante, um amigo do seu amigo!

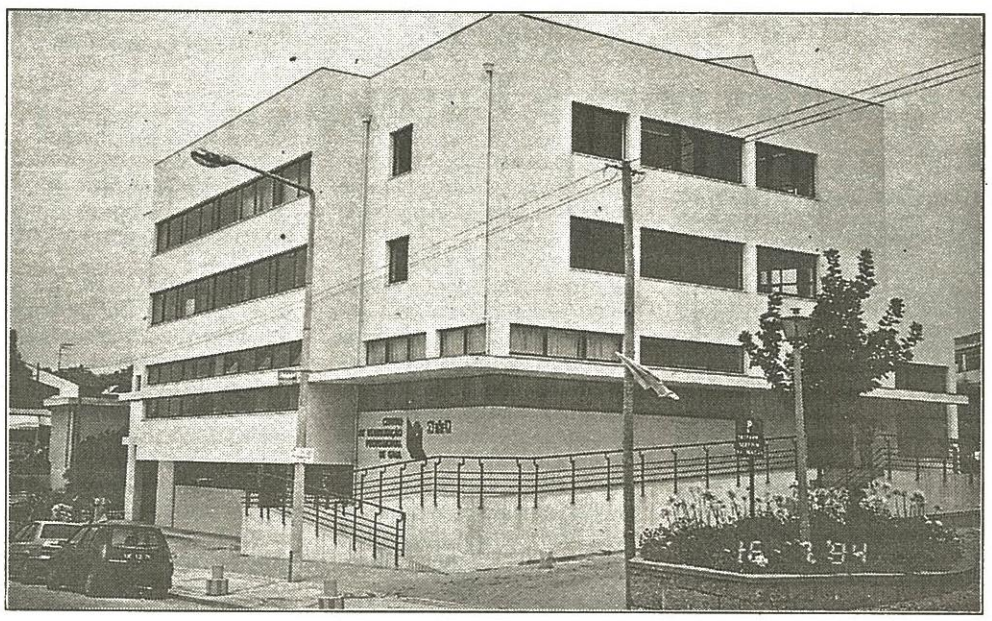
Voltaria a encontrá-lo, o local era o Paquete "Império", rumo a Angola, ele para Gago Coutinho, eu para Quicabo, mas os nossos encontros não acabariam aí. Foi dos primeiros a visitar-me no Hospital Militar, quando vim ferido, o mesmo sorriso, a mesma palavra de energia e força, a mesma amizade sempre constante.

Homem atento à vida e a tudo o que rodeava, recordo uma frase sua quando em descida calma do anexo até ao Terreiro do Paço, para ver como iam os nossos processos no então Ministério do Exército, e na passagem pelo Rossio ele dizia:" Como é possível este país avançar com tanta gente em hora de trabalho sem estar a fazer nada?"

A nossa Associação iria permitir que continuássemos juntos por mais tempo, entusiasta militante desde a primeira hora, o eterno sorriso, a mesma palavra convincente de um homem que vivia e brincava com os sonhos. Foi um exemplo para todos nós!

Activo na Assembleia Geral de 20 de Setembro de 1975 e em todo o processo que se seguiu, os graves traumas da deficiência que adquiriu em combate não lhe permitiram ver por muito tempo a Associação que ajudou a criar, que tanto defendeu e supremamente amou.

Os ponteiros do relógio da vida de José Alberto Ramalho Pires pararam 16 de Setembro de 1978. A sua memória nunca se desvaneceu, pois nunca se morre quando se permanece no coração dos que ficam.



CRPG flash

PROGRAMA LÍNGUA

O CPRG, juntamente com a Escola Profissional de Cortegaça, apresentou a sua candidatura ao Programa LÍNGUA, a qual foi aprovada em Agosto último.

O intercâmbio de jovens, que terá lugar na primeira quinzena de Outubro, será realizado com o Bridgend College of Further and Higher Education no Reino Unido.

O grupo será constituído por 8 estagiários de cada uma das instituições portuguesas e 3 formadores.

PROGRAMA LÍNGUA — VISITA PREPARATORIA

No âmbito do Programa LÍNGUA e com o objectivo de preparar a visita de Outubro ao Reino Unido, deslocaram-se a Portugal em Julho, dois elementos do Bridgend College — Mr. Mike Pease e Mr. Bernard Kenny. Acompanharam a visita e colaboraram na sua preparação a Directora da Escola Profissional de Cortegaça — Dr.ª Adozinda Marques — e do CRPG a Dr.ª Rita Brito.

PROGRAMA REDE-CITE

O Programa Rede-CITE é um projecto da responsabilidade do Secretariado Nacional de Reabilitação e o seu objectivo principal é a criação de uma rede informática, interligando várias instituições nacionais de investigação e desenvolvimento tecnológico, no âmbito da reabilitação.

O CRPG, como Centro de Reabilitação com experiência no atendimento e intervenção directa com a pessoa deficiente é, por selecção do SNR, um dos pólos da Rede-CITE.

Tiveram lugar em Lisboa, no mês de Julho duas reuniões, a primeiras das quais para apresentação do projecto pelo SNR, e uma segunda reunião de trabalho em que os pólos da rede apresentaram os projectos HORIZON em que estão envolvidos e apresentaram sugestões ao trabalho já desenvolvido pelo SNR.

Participaram nestas reuniões, Dr. Jerónimo de Sousa, Eng.ª Paula Cristina Coelhoso e Cristina Crisóstomo.

PROGRAMA HORIZON — VISITA A HOENSBROECK E WERKENRODE

Realizou-se uma visita ao IRv — Institut for Rehabilitation Research e ao Vocational Assessment Centre, em Hoesnsbroeck, instituto parceiro no projecto de "Criação de uma Unidade de Avaliação/Orientação". Ainda na Holanda e relacionado com o trabalho da Unidade foi visitado o Instituto Werkenrode/Arbeid em Groesbeek.

Participaram nesta visita à Holanda, que teve lugar nos dias 28, 29 e 30 de Junho e 1 de Julho, Dr. Jerónimo de Sousa, Dr.ª Maria Jorge Melo e Dr. Fernando Barbosa.

PROGRAMA HELIOS II — VISITA DE ESTUDO AO CRPG

No âmbito do Programa HELIOS II — Sector da Reabilitação Funcional — decorreu dias 10 e 11 de Julho no CRPG uma Visita de Estudo subordinada ao tema "As Relações entre a Reabilitação Funcional e a Reabilitação Profissional em Portugal", em colaboração com os Hospitais da Universidade de Coimbra e o Hospital da Prelada do Porto.

Participaram nesta visita além de elementos do CRPG, dos Hospitais da Universidade de Coimbra e da Prelada, representantes do Instituto de Emprego e Formação Profissional, dos serviços de Medicina Física e de Reabilitação do Hospital Geral de St.º António, e os parceiros europeus deste programa — Centre de Rééducation Neurologique et de Réadaptation Fonctionnelle de Coubert, Centre Médical de l'Argentière, França, Universidade de Atenas e E.I.A.A. Patras, Grécia e FOGE EEW AMZ Siegen, Alemanha.

No 1.º dia o grupo do sector da Reabilitação Funcional trocou informações e trabalhou na estruturação do relatório final a apresentar como resultado do trabalho desenvolvido e fez o planing das visitas e seminários até ao final do ano de 1994.

O 2.º dia foi alargado aos outros participantes tendo sido apresentados pelos respectivos Directores os Serviços de Medicina Física e de Reabilitação dos Hospitais da Universidade de Coimbra e do Hospital de Prelada, que fizeram o ponto da situação da reabilitação funcional em Portugal.

O IEEP, na pessoa do Dr. Machado Alves, fez a história da reabilitação em Portugal e apresentou as acções e intervenções do Instituto, enquanto que o Director do CRPG apresentou o Centro e os seus programas.

Após um período de discussão, a constatação final foi mais uma vez a inexistência de articulação entre os serviços de reabilitação funcional e profissional, a qual provoca pontoa de ruptura no processo de reabilitação.

JORNADAS DE MONTPELLIER

Realizaram-se em Julho, dias 8 e 9, as "Journées de Montpellier" sob o tema "La Formation? Une clé de la stratégie Européenne".

Participou em 3 dos grupos de trabalho, directamente ligados à formação, a Dr.ª Alexandra Lorga.

PROGRAMA HORIZON — VISITA DO CENTRO INTER ESPACE

Decorreu dias 25 e 26 de Julho passado, a visita de elementos do Centro Inter Espace de Mulhouse e da organização "Savoir et Compétences" — França ao CRPG.

Após a apresentação do CRPG e da sua orgânica, pelo Director do Centro, foram percorridos e apresentado pelos respectivos responsáveis os diferentes serviços do Centro.

Visitaram ainda a COPEGAIA, como exemplo de uma estrutura de emprego protegido.

No último dia da visita efectuou-se uma reunião de síntese com troca de opiniões e críticas por parte das três instituições. Foram apresentadas as preocupações actuais do CRPG com o fim de se lançarem bases para uma futura colaboração e eventual apresentação de um novo projecto.

PROGRAMA HORIZON — CURSO DE AVALIAÇÃO PROFISSIONAL

Teve lugar em Londres, organizado pela City University um Curso — "Vocational Assessment" — de 5 dias, de 4 a 8 de Julho, que referiu os princípios básicos para uma perspectiva mais sistemática e sofisticada de avaliação profissional de pessoas com deficiência.

Nele participaram a Dr.ª Maria Jorge Melo e o Dr. Fernando Barbosa, técnicos da Unidade de Avaliação/ /Orientação.

PROGRAMA HORIZON — VISITA À AFPA/AFEI

No âmbito do Programa HORIZON, e de parceria com a AFPA/AFEI — Association de Formation Profésionnelle des Adultes, et Ateliers de Formation et Études Informatiques — realizou-se em Paris uma visita de estudo do CRPG, de 16 a 20 de Julho.

Participaram Dr. Jerónimo de Sousa, Dr.ª Alexandra Lorga, Dr. António Teixeira Gomes e o formador Filipe Ferreira.

Na AFPA foi apresentado e discutido o sistema de formação profissional à distância para pessoas com deficiência. Nos AFEI observaram as adaptações postas à disposição das pessoas com deficiência dos postos de trabalho informáticos.

Reuniram ainda com estagiários do programa TBIG — Técnico em Burótica e Informática de Gestão — actualmente em formação.

INTEGRAÇÕES

No mês de Julho efectivaram-se as seguintes integrações:

— **Palmira Martins Sá**, do curso de Readaptação ao Trabalho na empresa Carlos Oliveira — Telecomunicaçõ-es em Matosinhos, com funções de secretária.

— **Paulo António Silva Custódio**. do curso de Administração e Gestão, na empresa Gráfica do Sameiro em Penafiel, com funções de Operador de Computador.

PUBLICAÇÕES

FORMATION/*Emploi*
n.º 46 — Abril-Junho 1994

— A evolução da formação a nível da aprendizagem

— Reforma da formação profissional dos jovens britânicos

— Debate sobre "National Vocational Qualifications"

— Análise salarial dos dispositivos de ajuda à inserção dos jovens

— O aperfeiçoamento operário nas antigas comunidades de ofícios.

MINUSVAL
n.º 90 Maio/Junho 1994

— Programas locais comunitários

— Maior autonomia para a pessoa com deficiência auditiva

— Turismo social nos dias de hoje

— Livro Verde da UE

RÉADAPTATION
n.º 412 Julho/Agosto 1994

DOSSIER: Europe

— Ajudas Técnicas: posicionamento multinacional

— Trabalho Protegido: o CAT à empresa, para trabalhadores com deficiência.

Criado por acordo ente o IEEP, CERCUGAIA e ADFA

Av. João Paulo II — ARCOLZELO — 4405 VALADARES — GAIA
Telfs. (02) 762 98 40/762 98 15/762 91 15
Fax (02) 762 90 65

AUTOSIL

ADFA

PROTOCOLO

Celebrado entre a Associação dos Deficientes das Forças Armadas e a firma Acumuladores Autosil, S.A.

- **Condições especiais de fornecimento pela Autosil à ADFA e seus associados:**

— **Descontos:**

Baterias de arranque	— 28%
Acessórios VALEO	— 36%
Auto-rádios TOKAI	— 15%
Telemóveis	— 15%

— **Montagem e assistência das baterias gratuita em todas as dependências Autosil.**

- **A Autosil só fornecerá material aos associados da ADFA, mediante apresentação de credencial passada pela ADFA, cuja validade será de 30 dias.**

CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO — AUTOSIL

R. Filipe Folque, 22 - 1000 LISBOA - Telefone 3534226 - Telefax 547700
Av. 24 de Julho, 26 B - 1200 LISBOA - Telefone 3966825 - Telefax 602538 - Aberto Sábado das 9 às 14 horas
R. D. João IV, 643-655 - 4000 PORTO - Telefones 564352 - 564427 - Telefax 580140
R. Alexandre Herculano, 204 - 3500 VISEU - Telefone 423850 - Telefax 425722
Av. Fernão de Magalhães, 246 - 2000 COIMBRA - Telefone 26842 - Telefax 26366
Av. 1.º de Maio, 45 - 6000 CASTELO BRANCO - Telefone 23079 - Telefax 23079
R. Nuno Velho Pereira, 6 - 2000 SANTARÉM - Telefone 25505 - Telefax 25505
Av. Luisa Todi, 116 - 2900 SETÚBAL - Telefone 526395 - Telefax 526395
R. D. Pedro de Almeida Portugal, 8 A - Cova da Piedade - 2800 ALMADA - Telefone 2752473 - Telefax 2752473
R. Dr. António José de Almeida, 36-38 - 7000 ÉVORA - Telefone 22291
R. Marquês de Pombal, 63 - 7520 SINES - Telefone 632644 - Telefax 632644
R. Almirante Cândido dos Reis, 22 - 7800 BEJA - Telefone 324740 - Telefax 324740
R. Júlio Dinis, 74 - Montenegro - 8000 FARO - Telefone 817022 - Telefax 817022
Bairro Novo de Almodena, Lote 30, r/c - 5000 VILA REAL - Telefone 73549 - Telefax 73549

- **Para mais pormenores contactar a Sede/Delegações, que estão aptas a prestar as informações necessárias**

TOMAR
Encontro associativo

Sócios do núcleo de Tomar

No dia 1 de Outubro, pelas 15.30 horas, em Tomar, reuniram nas instalações da Liga dos Combatentes, gentilmente cedidas, com um elemento da Comissão Instaladora do Núcleo da ADFA naquela cidade e os 1º e 2º Secretários da Direcção Central, cerca de dezena e meia de associados dos Concelhos de Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar, Torres Novas e vila Nova da Barquinha.

O encontro iniciou-se com a apresentação da situação em que se encontra o Núcleo, por parte de Valente dos Santos, elemento presente da Comissão Instaladora, realçando, em especial, as dificuldades por que o mesmo tem passado, desde a atribuição de verbas para as suas actividades, à inexistência de um espaço condigno que incentive reuniões e convívios associativos, a algum distanciamento no relacionamento entre o executivo central e o núcleo que, no seu dizer, parece encontrar-se com boas perspectivas de desvanecimento.

Os elementos presentes da DC fizeram, seguidamente, uma intervenção, prestando informações a todos os sócios presentes das actividades da nossa Casa, das reivindicações e publicações de legislação, da situação relativa à Revisão Estatutária, muito em especial no contributo que os núcleos devem prestar na definição estatutária da sua existência, orgânica e actividades, reconhecendo, como de primordial necessidade, a troca de informação entre eleitos e associados para melhor se avaliar e aferir das necessidades e sentir destes, o que permitirá melhores e mais eficazes decisões por parte daqueles.

Seguiu-se interessado e motivante debate com intervenções cheias de vigor e interesse por parte dos presentes que levantaram problemas da mais diversificada índole, desde a assistência médico-medicamentosa que urge implementar naquela área, à auscultação dos associados de uma forma mais directa, se possível, no momento da deliberação do aumento de quotas, as dificuldades que se vêm levantando na redução do montante das pensões da Segurança Social, quando acumuladas com a pensão militar, e um incentivo a que estes encontros se tornem mais frequentes naquele núcleo.

Entre todos os presentes ficou realçado o desejo de que se fizessem dois encontros anuais com os associados daquela região, que o diálogo entre a Comissão Instaladora e os Orgãos Centrais seja mais eficaz e funcional, e que o clima de abertura e entendimento naquele momento manifestados, produzam bons frutos no sentido de maior e melhor apoio da nossa Associação a todos os deficientes militares daquela zona do nosso País. Hoje representantes da DC assumiram a abertura cada vez maior das vias de diálogo, e contactos mais objectivos para que o núcleo de Tomar ganhe nova dinâmica e incentive cada vez mais os sócios á intervenção activa na vida da nossa Associação.

Reunião do Grupo de Diálogo
Eleitos representantes para a Europa

Texto de Armindo Roque
Fotos de Farinho Lopes

O grupo de Diálogo reuniu, às 14:00H, do dia 22 de Setembro, no Centro Maria Cândida da Cunha, coordenado pelo Dr. António Barroso, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1-Informações, por parte da ADFA e da UCNOD sobre a última reunião do CNR.

2- Informações sobre o Forum Europeu das Pessoas com Deficiência.

3-Informações sobre o Dia Mundial da Pessoa com Deficiência

4-Informações acerca do Meeting Europeu sobre os Direitos Humanos a realizar em Bruxelas nos dias 17 e 18 de Outubro, Nomeação dos representantes nacionais.

5-Análise e aprovação dos documentos/propostas elaborados pela Comissão Especializada de Saúde.

6-Aprovação final do documento sobre "Crédito de Horas"

A reunião começou com informações dadas pela APPACDM, sobre os pontos 2, 3 e 4 .

O Meeting Europeu Sobre Direitos Humanos irá tratar de assuntos tão importantes como a definição de pessoa deficiente, da eutanásia, vida independente e sexualidade.

A reunião prosseguiu com a discussão de quais as ONG que deveriam representar Portugal neste evento. Este assunto que deveria ter uma solução rápida, ocupou no entanto bastante tempo. A discussão processou-se essencialmente à volta de qual deveria ser o perfil dos delegados. Algumas das ONG não concordaram com a obrigatoriedade de os representantes portugueses terem de ser obrigatoriamente deficientes, excluindo desta forma os pais das Pessoas Deficientes, e das respectivas organizações, que desenvolvem um trabalho notável, em condições por vezes bastante adversas.

José Arruda começou por afirmar que a ADFA não estava disponível para se deslocar a Bruxelas, e defendeu que as associações de pais deveriam estar representadas nesse encontro, pois isso reforçaria a representação nacional e seria mais representativa do total dos deficientes portugueses. Esta posição acabou por ser aprovada por maioria de votos. Foram eleitas a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais e a Associação Pórtuguesa de Pais de Autistas..

Manuel Domingos, da APPACDM, informou depois que Bruxelas não tinha verba para pagar as deslocações, mas António Barroso informou que concerteza esse problema seria ultrapassado.

Passou-se em seguida para as informações sobre a Reunião do CNR, onde Orlando Alves da UCNOD, e José Arruda da ADFA, informaram sobre os trabalhos que decorreram na última reunião daquele orgão, que noticiámos no anterior número do ELO. Disseram que a proposta apresentada para alargamento a mais quatro ONG fora muito debatida e contara inclusive com a oposição de alguns Conselheiros.

Comentaram o facto de os ministérios não terem ainda entregue os respectivos planos sectoriais e que a Comissão Especial para a Educação não tinha ainda começado a funcionar, em virtude de a respectiva conselheira ter adoecido.

Sobre isto António Barroso informou que os ministérios já tinham entregue os planos e que os mesmos seriam brevemente entregues aos conselheiros.

Foi proposto por várias ONG que as Ordens de Trabalho deveriam falar mais dos problemas concretos dos deficientes. No entanto António Barroso defendeu a posição de que o Grupo Diálogo se deveria pronunciar essencialmente sobre as questões de fundo e que os problemas mais concretos o deveriam ser nas comissões especializadas Propôs que as ONG que quisessem, poderiam participar na Reunião da Comissão Especializa da Saúde.

As propostas sobre ajudas técnicas e medicamentos, de que falámos no jornal de Junho, foram aprovadas.

A Reunião terminou às 17:30.

Malefícios do Alcoolismo

Caro associado, se estás interessado em saber quais os malefícios que o álcool pode provocar no organismo, aparece e participa na sessão de esclarecimento e debate a realizar no dia 25, terça-feira, pelas 18.30h na Sede da A.D.F.A. em Lisboa.

A sessão será orientada pelo nosso associado, Dr.Fernando Brito, Médico Clínica Geral, tendo como principais abordagens os seguintes temas.

- A intoxicação crónica;
- Os efeitos do álcool ao nível físico e psíquico.

Ficamos à tua espera !

Departamento de Reabilitação
Serviço de Acção Social

20.º Aniversário
da
Delegação do Porto

Para comemorar o evento, a Direcção da Delegação, com a colaboração de uma das mais antigas e prestigiadas marcas de Vinho do Porto, faz o lançamento de uma garrafa cujo rótulo abaixo se apresenta.

CÁLEM

20 ANOS
PORTO

ENVELHECIDO EM CASCO
ENGARRAFADO EM 1994
ENGARRAFADO ESPECIALMENTE PARA
ADFA
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
DELEGAÇÃO DO PORTO
20º ANIVERSÁRIO
1974-1994

75cl. e A. A. Cálem & Filho, Lda Porto - Portugal 20%Vol.

Por se tratar de um vinho especial, além do significado que para nós deve ter, enriquecerá garrafeira e será uma boa oferta para um bom amigo.
Tratando-se de um número limitado de garrafas, faz a tua reserva na delegação.

SETÚBAL

Consultório Dentário
Condições especiais para sócios e familiares da ADFA

◆

Praceta Fernando Alcobia n.º 19
(por detrás do centro Comercial do Bonfim)

◆

Horário de funcionamento:
2.ª e 4.ª das 09.00 às 19.00 horas
3.ª e 6.ª das 09.00 às 13.00 horas
marcações pelo telef. 065/524835

◆

• mais informações contactar •
Delegação da ADFA de Setúbal

JARDINEIRO

✧

DIPLOMADO

Manutenção de jardins e espaços verdes
Edifícios públicos e privados
Tel. 757 05 02 ext. 225
(295 51 41 a partir das 18.00 h.)

"PORTÕES"
para abrir
não se canse

✧

Automatize-os com comando à distância
Orçamento grátis
Tel. 0931241310

Marechal Costa Gomes homenageado no seu 80º Aniversário

O Marechal Costa Gomes comemorou o seu 80º Aniversário, no dia 2 de Julho. Na ocasião realizou-se um almoço de homenagem prestada por admiradores e amigos do antigo Presidente da Repú-blica.

A ADFA associou-se a esta homenagem estando representada pelo ten-coronel Jorge Maurício, que lhe apre-sentou os parabéns em nome da nossa associação, aos quais o senhor Marechal se mostrou particularmente sensível.

Na ocasião o ten.-coronel Vasco Lourenço, em representação da Associação 25 de Abril, fez um discurso onde elogiou Costa Gomes tendo afirmado no final que ..."o senhor Marechal Costa Gomes se manteve e mantém militar de Abril, permanentemente coerente com os valores que há 20 anos nos levaram a escrever uma das mais belas páginas da nossa história..."

Houve também uma intervenção Maria Manuela Cruzeiro, do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, que a dado passo do seu discurso afirmou que: "Inequivo-camente Costa Gomes surgirá não como silhueta ou sombra facilmente apagável, mas como referência obrigatória de um dos momentos mais ricos e exaltantes da nossa história".

Costa Gomes proferiu um discurso onde agradeceu a homenagem que lhe estava a ser prestada por tantos amigos, e sublinhou que ao longo de toda a sua vida militar sempre preferiu as soluções políticas às bélicas, inclusive no que conçerne à Guerra colonial.

Costa Gomes, como vice-presidente do Conselho Mundial para a Paz e a Cooperação, fez conferências em todo o Mundo apelando aos povos para a Paz e o Desarmamento.

Esta notícia deveria ter saído no "ELO" de Julho, o que só não aconteceu por manifesta falta de espaço, que sempre ocorre em vésperas de Férias. Como é sabido o "ELO" não é publicado no mês de Agosto.

Apesar do atraso não quisemos deixar de contribuir com a nossa modesta contribuição a esta merecida homenagem.

Aveiras de Cima

Noite de S. Martinho

O Núcleo de Aveiras de Cima vai levar a efeito, uma vez mais este ano, precisamente no dia 12 de Novembro, a tradicional noite de fados que terá lugar nas instalações da Casa do Povo daquela Vila.

Para além da ceia típica daquela noite, as sempre desejadas castanhas, água pé e chouriço assado, farão parte de uma ementa, que tal como o respectivo programa, serão anunciados, com maior oportunidade e detalhe, na próxima edição do nosso jornal.

Todos os sócios, sem limitações, estão convidados a estar presentes. A sala vai chegar para todos!

Esperamos fazer da noite de 12 de Novembro mais um grande momento de convívio, que nos unirá e dignificará a nossa Associação.

AUTOMÓVEIS VW E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
POLO SCOT 1.05	1.283.618.00	1.751.873.00
POLO SCOT D.	1.470.151.00	2.324.555.00
GOLF CL 1.4 2P	1.746.827.00	2.645.499.00
GOLF CL 1.4 4P	1.789.819.00	2.695.370.00
GOLF CL D 4P	1.848.657.00	4.044.355.00
GOLF GL TD 4P	2.349.112.00	4.624.883.00
GOLF VARIANT CL 1.4	2.127.986.00	3.087.644.00
GOLF VARIANT GLD	2.064.310.00	4.294.513.00
GOLF VARIANT GL TD	2.555.349.00	4.864.118.00
GOLF VARIANT GL TDI	3.006.517.00	5.387.474.00
VENTO CL	1.888.732.00	2.810.109.00
VENTO CL D	1.947.499.00	4.159.012.00
VENTO GL TD	2.420.585.00	4.707.792.00
VENTO GL TDI	2.879.293.00	5.239.893.00
PASSAT CL TDI	2.777.557.00	5.113.759.00
PASSAT GL TDI	3.463.335.00	5.917.382.00
PASSAT VARIANT CL TDI	3.025.567.00	5.409.571.00
PASSAT VARIANT GL TDI	3.718.487.00	6.213.358.00
AUDI 80 TDI	3.896.355.00	6.419.679.00
AUDI 80 AVANT TDI	4.546.341.00	7.173.669.00
AUDI 80 TDI (Automático)	3.556.879.00	6.025.893.00
AUDI 80 AVANT TDI (Aut.)	3.817.822.00	6.328.586.00

AUTOMÓVEIS FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	1.116.530.00	1.546.956.00
UNO 45 5P	1.301.961.00	1.762.056.00
UNO TURBO 5P	1.906.143.00	2.810.057.00
PUNTO 55 S 3P	1.197.345.00	1.712.056.00
PUNTO 55 S 5P	1.253.379.00	1.777.056.00
PUNTO 75 T. D. 3P	1.639.597.00	3.151.056.00
TIPO 1.4 3P	1.614.960.00	2.480.056.00
TIPO 1.7 D. 5P	1.808.563.00	3.347.057.00
TEMPRA 1.4	1.944.270.00	2.862.057.00
TEMPRA 1.9 T.D.S.	2.659.604.00	5.127.056.00
TEMPRA T.D. (Carrinha)	2.763.053.00	5.247.057.00
CROMA 1.9 T.D.S.	3.107.880.00	5.647.056.00

AUTOMÓVEIS OPEL

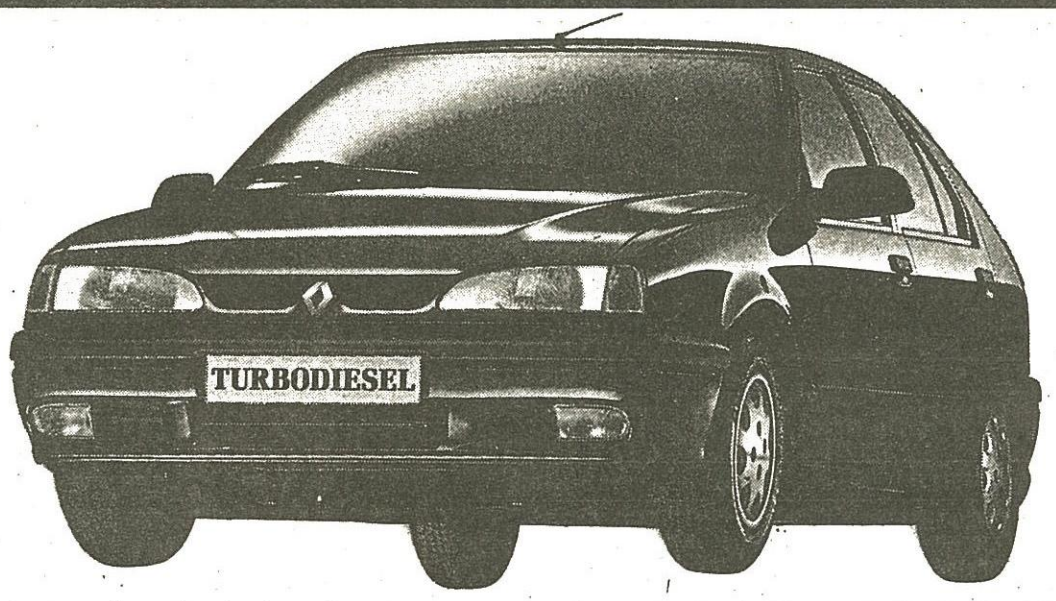
MODELO	P.BASE	P.V.P.
SWING 1.2 3P	1.319.908.00	1.946.828.00
SPORT 1.4 3P	1.623.214.00	2.550.828.00
SWING 1.4 3P	1.549.076.00	2.464.828.00
SWING 1.5D 3P	1.629.348.00	2.711.828.00
SWING 1.5 TD 5P	1.685.383.00	2.776.828.00
ASTRA		
1.4 GLS 4P	2.218.042.00	3.240.828.00
1.7 GL 4P Diesel	2.169.352.00	3.804.828.00
1.7 GLS 4P T. Diesel	2.589.897.00	4.250.828.00
1.7 GL 5P Diesel (Carrinha)	2.289.170.00	3.943.828.00
1.7 GLS 5P T. Diesel (Carrinha)	2.689.517.00	4.376.828.00
VECTRA		
1.6 CDX 4P	2.908.759.00	4.433.828.00
1.7 T. D. 4P e 5P	2.726.586.00	4.419.828.00

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 20H00 para Alberto Pinto. Outras informações nas horas de expediente para os telefs.: 757 05 02; 757 05 83; 757 07 02.
O estimado sócio pode também pedir informações sobre: Citroën; Peugeot e Ford.

SE NÃO LHE PODE RESISTIR

CONVERTA-SE

AO NOVO RENAULT 19 TURBO DIESEL



Converta-se à potência, à economia e ao prazer de conduzir um **Renault 19 Turbo Diesel.**

Converta-se à vantagem de dispôr de um automóvel ao mesmo tempo

económico, dinâmico e confortável.

Converta-se a um excepcional nível de equipamento

que inclui direcção assistida, vidros dianteiros com comando eléctrico,

volante regulável em altura, retrovisores com comando e desembaciamento eléctricos

e fecho centralizado das portas e da bagageira com comando à distância.

Informe-se hoje mesmo na Renault Chelas e, se não conseguir resistir

ao novo **Renault 19 Turbo Diesel,**

converta-se...

Renault 19. A irresistível tentação.

Sucursal
RENAULT CHELAS
R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11E - 1900 Lisboa
Telf 836 14 00 - Fax 836 14 80

RENAULT

Versão comercializada com jantes de liga leve.

Assembleia Geral Nacional assume Reunião Estatutária 5 de Novembro de 1994

Fase à situação actual da revisão estatutária com uma série de projectos já entregues com linhas de orientação que poderão em debate restrito produzir acordo de opiniões entre os seus proponentes os orgãos sociais centrais reuniram na Sede em 10 de Setembro e nas instalações da Delegação de Coimbra em 30 de Setembro, no sentido da busca da via mais apropriada para a sequência e finalização para o processo de aprovação.

Entenderam os Orgãos Sociais que essa fase de debate deveria ser desinstitucionalizada e transportada directamente para os associados intervenientes no processo com a apresentação de propostas de revisão e em sequência perspectivando a hipótese da criação de um consenso global entre os projectos já existentes apresentar o trabalho produzido se o houver aos associados em Assembleia Geral extraordinária.

A MAGN promoveu tais contactos entre os associados que propuseram projectos mais ou menos elaborados e até ideias para o trabalho a desenvolver, tendo sido manifestado o interesse de se formar um grupo que operasse a síntese da concordância possível entre os pontos mais antagónicos e divergentes dos trabalhos conhecidos.

Acreditando na seriedade e serenidade naquilo que se pensa ser a fase final deste processo e esperando uma participação activa dinâmica mas serena e responsável em que o debate de ideias e os superiores interesses da ADFA sejam o objectivo generalizado dos presentes irá realizar-se a Assembleia Geral Nacional extraordinária cuja Convocatória passamos a publicar:

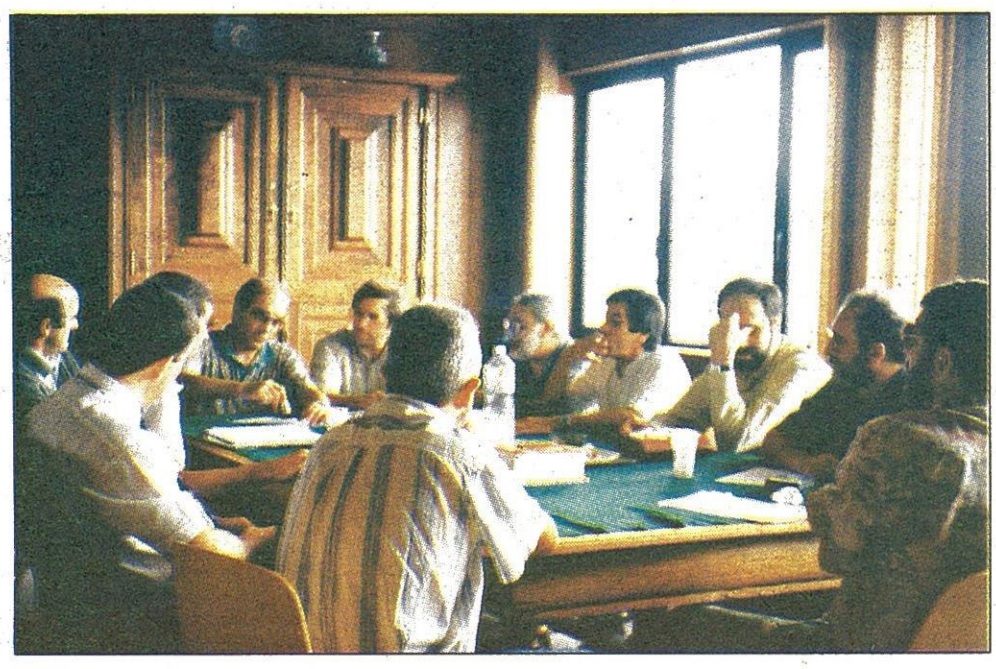
Assembleia Geral Nacional Extraordinária Convocatória

Nos termos dos Art.º 25, 26 e 30, nº1 dos Estatutos, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional que reunirá extraordinariamente na Sede da ADFA, em Lisboa, pelas 14.00 horas, do dia 5 de Novembro de 1994, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único:
Revisão Estatutária
a) Tomada de decisões sobre a continuidade e conclusão do processo de revisão;
b) Discussão na generalidade das propostas de alteração.

Nos termos do nº. 2 do Art.º 32 dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos sócios, a Assembleia Geral Nacional reunirá 30 minutos depois com qualquer número de associados.

ADFA, 30 de Setembro de 1994
M.A.G.N.
O Presidente
Joaquim Francisco Couceiro Ferreira



EM 5 DE NOVEMBRO ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL DECISIVA PARA A REVISÃO ESTATUTÁRIA

No próximo dia 5 de Novembro, conforme convocatória publicada neste número do "ELO", vai reunir a Assembleia Geral Nacional, para apreciar as linhas gerais dos novos estatutos. Em Assembleia posterior, a marcar por esta, será aprovado na especialidade o projecto entretanto elaborado.

A Assembleia Geral de 5 de Novembro reveste-se de importância fundamental, já que será o órgão máximo da Associação a determinar os fundamentos dos novos estatutos.

A revisão estatutária sobe, deste modo, à Assembleia Geral Nacional, o órgão que na matéria tem competência exclusiva. E sobe, para uma apreciação global da revisão, ainda sem projectos acabados, porque se torna necessário, face à existência de diferentes trabalhos, que seja a própria Assembleia a adoptar como suas as bases de um projecto definitivo.

Nesse sentido, os autores dos diferentes trabalhos sobre a revisão estatutária, até ao momento realizados, decidiram, num gesto de boa vontade e disponibilidade associativa, fundir todos esses trabalhos num único e submetê-lo à Assembleia Geral.

Em reuniões para o efeito realizadas (1 de Outubro em Lisboa e 8 do mesmo mês em Coimbra), procuraram acordar num único documento as linhas gerais de um projecto que posteriormente assumirá a forma de articulado, de acordo com as decisões da Assembleia do dia 5 de Novembro.

Até à realização da Assembleia, todo os contributos dos sócios serão oportunos, para, eventualmente, enriquecer o documento que está a ser elaborado. Espera-se, pois, a participação activa dos sócios; quer com sugestões através da Direcção Central ou das Direcções de Delegação, quer na própria Assembleia, com a sua intervenção.

No momento de fecho desta edição do "ELO" não é possível a publicação do documento a apresentar à Assembleia, porque ainda não se realizou a reunião final dos autores dos diferentes trabalhos. Pode-se, entretanto, adiantar os princípios associativos que constituem os pressupostos do trabalho conjunto que a Assembleia apreciará, e que são os seguintes:

- participação associativa dos sócios a todos os níveis, como garante do sentido correcto da orientação da Associação em cada momento;
- descentralização da vida associativa, como forma de incentivação do espírito de iniciativa e de aproveitamento das capacidades disponíveis;
- acentuação da componente deliberativa no domínio orgânico, de modo a que as grandes decisões tomadas reflictam a vontade dos associados, tendo em conta as diferentes visões associativas;
- moralização e dignificação da acção dos orgãos sociais, tendo em vista a transparência da vida associativa.

O esforço e empenhamento associativo dos sócios autores de trabalhos, em alguns aspectos de difícil harmonização, é revelador de que vivemos um momento associativo em que a ADFA poderá dar um salto qualitativo, de forma a melhor corresponder aos anseios dos sócios e melhor responder ás suas solicitações, que no futuro próximo, serão cada vez mais premente e mais exigentes.

Adequar os estatutos às exigências do momento é garantir uma associação que melhor nos defenderá no futuro.

A presença e participação dos sócios, neste momento, é pois, importantíssima, porque é o nosso futuro que está em causa.